ANAIS

XII Simpósio Nacional de Educação

VI Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores

V Ciclo de Estudos em Educação

SINCOL 2022

Organizadores:

Luana Teixeira Porto

Hellen Boton Gandin

Eduardo Albuquerque

URI

Frederico Westph

XII SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; V CICLO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO; VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANAIS

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

REITOR
Arnaldo Nogaro
PRÓ-REITOR DE ENSINO
Edite Maria Sudbrack
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
Neusa Maria John Scheid
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Nestor Henrique de Cesaro

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
Diretora Geral
Silvia Regina Canan
Diretora Acadêmica
Elisabete Cerutti
Diretor Administrativo
Ezequiel Plínio Albarello

CÂMPUS DE ERECHIM
Diretor Geral
Paulo José Sponchiado
Diretor Acadêmico
Adilson Luis Stankiewicz
Diretor Administrativo
Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO
Diretor Geral
Gilberto Pacheco
Diretor Acadêmico
Marcelo Paulo Stracke
Diretora Administrativa
Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CÂMPUS DE SANTIAGO
Diretor Geral
Michele Noal Beltrão
Diretor Acadêmico
Claiton Ruviaro
Diretora Administrativa
Rita de Cássia Finamor Nicola

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA
Diretora Geral
Dinara Bortoli Tomasi
Diretora Acadêmica
Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO
Diretor Geral
Renzo Thomas

ANAIS DO XII SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; V CICLO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO; VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

21 a 23 de setembro de 2022
Frederico Westphalen - RS

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO
Programa de Pós-Graduação em Educação – URI/FW

Comissão Científica

Ana Paula Teixeira Porto
Arnaldo Nogaro
Camila Aguilar Busatta
Cesar Riboli
Claudionei Vicente Cassol
Daniel Pulcherio Fensterseifer
Edite Maria Sudbrack
Eliane Cadoná
Elisabete Cerutti
Jaqueline Moll
Jordana Wruck Timm
Luana Teixeira Porto
Luci Mary Duso Pacheco
Luci Terezinha Marchiori dos Santos Bernardi
Marinês Aires
Silvia Regina Canan

Organização dos Anais

Luana Teixeira Porto
Hellen Boton Gandin
Eduardo Albuquerque

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

XII SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; V CICLO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO; VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANAIS

Organizadores
Luana Teixeira Porto
Hellen Boton Gandin
Eduardo Albuquerque

Frederico Westphalen
2022

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/.

Organização: Luana Teixeira Porto, Hellen Boton Gandin, Eduardo Albuquerque
Revisão Metodológica: Responsabilidade dos autores
Revisão Linguística: Luana Teixeira Porto
Diagramação: Hellen Boton Gandin, Eduardo Albuquerque, Karol de Rosso Strasburger
Capa/Arte: Silvana Kliszcz
Revisão e Publicação: André Forte ME

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catalogação na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

S621a Simpósio Nacional de Educação (12.: 2022 : Frederico Westphalen, RS)
Anais [do] XII Simpósio Nacional de Educação, V Ciclo de Estudos em Educação, VI Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores [recurso eletrônico] / organizadores Luana Teixeira Porto, Hellen Boton Gandin, Eduardo Albuquerque. – Frederico Westphalen : URI Frederico Westph, 2022.
1 recurso online. 112 p.

ISBN 978-65-89066-32-3

1. Educação. 2. Formação de professores. 3. Políticas educacionais. I. Porto, Luana Teixeira. II. Gandin, Hellen Boton. III. Albuquerque, Eduardo. IV. Título.

CDU 37(063)

Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9
Campus de Frederico Westphalen
Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

GT 1 - EDUCAÇÃO E SABEDORIA DE VIDA: POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL PARA TODOS E TODAS 15

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA POSSIBILIDADE DE MELHORIAS NO COTIDIANO DO TRABALHADOR NA ÁREA DE SAÚDE E ESPORTES 16
Anete Ferreira de Souza Ribeiro

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA AS DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA 17
Edivaldo Soares Vieira de Atahaide

OS IMPACTOS (OU NÃO) DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT EM CONEXÃO COM O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ESCOLAR 19
Ester Rodrigues da Silva Paz

BNC - FORMAÇÃO, IDENTIDADE E O PROTAGONISMO DOCENTE: DOCENTE: PROFESSOR COM PAPEL PRINCIPAL? 20
Ieda Pertuzatti; *Silvia Regina Canan*

POLÍTICAS E PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE 21
Jair Antônio Zancan; *Silvia Regina Canan*

ENTENDENDO POLÍTICAS PÚBLICAS 22
Jose Sinézio de Melo

POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES 23
Jose Sinézio de Melo

O ENFERMEIRO E A CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO DE CUIDAR E O CUIDADO DE SI 24
Vitória de Oliveira Fagundes

GT 2 - ENSINO MÉDIO: ENTRE NECESSIDADES, FRAGILIDADES E CONTRADIÇÕES 25

A FLEXIBILIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO DISFARÇADA DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL 26
Chanauana de Azevedo Canci

ENSINO MÉDIO: AVALIANDO POSSIBILIDADES E FRAGILIDADES DA BNCCEM 27
Edivanda Gambin Albarello; *Claudionei Vicente Cassol*

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO INTEGRAL: ESCOLAS COMPROMETIDAS COM INDIVÍDUOS REFLEXIVOS, CRÍTICOS, EMANCIPADOS E PENSAMENTO CIENTÍFICO 28
Nádia Maria Ferronatto Bernardi; *Claudionei Vicente Cassol*

GT 3 - EDUCAÇÃO INTEGRAL, JUSTIÇA CURRICULAR, CIDADES E TERRITÓRIOS QUE EDUCAM E SE EDUCAM 29

EDUCAÇÃO INTEGRAL: PLANO DE ESTADO X PLANO DE GOVERNO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA 30
Edna Alves Pereira da Silva

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A JUSTIÇA CURRICULAR UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA 31
Renata Gerhardt de Barcelos

ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS À COMPLEXA CRISE SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA ideia DE CIDADES EDUCADORAS E DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA 32
Thiago Dutra de Camargo

GT4 - POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE 33

POLÍTICA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL À PROFESSORES 34
Anete Ferreira de Souza Ribeiro; *Daniel Pulcherio Fensterseifer*

EDUCAÇÃO EM ESPAÇO NÃO FORMAL: CONTRIBUIÇÕES NA (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE IDOSOS DO SCFV DE IPIRANGA – PR 35
Cleonice de Fátima Martins

A POSSIBILIDADE DE COBRANÇA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: DA ILUSÃO DA GRATUIDADE COMO GARANTIA DA IGUALDADE 36
Eduardo da Silva Zachia Alan

GT 5 - EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE 37

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UMA QUESTÃO DE DIREITO 38
Amanda Pereira Dassoler

A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA EDUCAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE 39
Angela Gemile Botene

DIREITO À EDUCAÇÃO E SISTEMA PRISIONAL: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO BRASIL 40
Carolina Bessa Ferreira de Oliveira; *Vinicius Santana Muniz*

EDUCAÇÃO CARCERÁRIA SOB A ÓTICA DA THERAPEUTIC JURISPRUDENCE: DO DIREITO EDUCATIVO ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS (ANTI)TERAPÊUTICAS NO SISTEMA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO SUL ... 42
Daniel Pulcherio Fensterseifer

EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI PRIVADOS DE LIBERDADE NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO EM RONDONÓPOLIS-MT 43
Vanuza Gomes Lima Machado; *Daniel Pulcherio Fensterseifer*

GT6 - EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: QUESTÕES EMERGENTES 44

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: MATERIAL DIDÁTICO PARA ABORDAGEM DE CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA 45
Carlise Diell

AS CONTRIBUIÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL 46
Iloene Pereira Passos Barberí

ERA UMA VEZ... NUANCES DA TEORIA NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CHAPECÓ 47
Joce Daiane Borilli Possa

SABERES DA DOCÊNCIA: ESPECIFICIDADES IDENTITÁRIAS DAS PROFESSORAS DE CRIANÇAS BEM PEQUENAS DE ESCOLAS INFANTIS DO PROINFÂNCIA DE FREDERICO WESTPHALEN E REGIÃO 48
Natana Fussinger; *Jordana Wruck Timm*

GT 7 - A PESQUISA EM EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO (PÓS)PANDÊMICO 49

A FORMAÇÃO CONTINUADA: ESPAÇO DE FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 50
Ana Paula Alves Souza; *Flávio Penteado de Souza*; *Patrícia Catharino*

ARTICULADOR DA APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA 51
Angélica Miranda Matos

O ENSINO DE HISTÓRIA E A (DES)MOTIVAÇÃO DISCENTE NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE NOVA MUTUM/MT 52
Fernando Rangel Pinto Barros

IDENTIDADES DOCENTES NA MODERNIDADE TARDIA 53
Giovana Boicko Poli

AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 54
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NA EMERGÊNCIA DO CONTEMPORÂNEO 55
Laryssa Luana de Andrade; *Arnaldo Nogaro*

MOVIMENTAÇÕES DOCENTES A PARTIR DA ARTE INDÍGENA E DA ARTE AFRO-BRASILEIRA: EXPERIMENTAÇÕES PEDAGÓGICAS VIVIDAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NÚCLEO ARTE DA UFPEL 56
Maria Joana Mayer de Mattos

O PROTAGONISMO DO PROFESSOR ORIENTADOR DE CONVIVÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 57
Suelen Bourscheid

LITERATURA E FORMAÇÃO DE LEITORES 58
Tereza Bins de Assis

GT 8 - ESCOLA, JUVENTUDE E PROJETOS DE VIDA: O FUTURO NÃO ESTÁ ESCRITO! 59

PROJETO PROFISSIONAL DE VIDA DO(A) JOVEM (PPVJ): PROTAGONISMO E PERMANÊNCIA NO CAMPO 60
Lariane Fedrigo

MOCIDADE, MOCIDADE: AS ESCOLHAS SÃO ESCRITAS E A VIDA PASSA A SER UM PROJETO DE GENTE 61
Luis Pedro Hillesheim

ESCOLA, JUVENTUDES E PROJETOS DE VIDA: OPORTUNIDADES E IMPASSES 62
Mônica Tessaro; *Juceli Baldissera Felckilcker*; *Maria Teresa Ceron Trevisol*

GT 9 - ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS 63

AQUELA CASA VERDE: RELAÇÕES ENTRE "O ALIENISTA" E O "MISTÉRIO DA CASA VERDE" EM PRÁTICA LEITORA 64
Alexsandro dos Reis; Marieli Paula Folharim Theisen

TECNOLOGIAS NO ENSINO DA GRAMÁTICA DA LÍNGUA INGLESA: USOS E APLICAÇÕES DE FERRAMENTAS DIGITAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS 65
Débora Regina Mattiello

O ATENEU: "EDIFÍCIO ALEGÓRICO" 66
Márcia de Souza

GT 10 - EDUCAÇÃO MATEMÁTICA 67

A CRIAÇÃO DE JOGOS EM AMBIENTES MAKERS COMO RECURSO PARA APRENDIZAGEM STEAM 68
Eduardo Meliga Pompermayer

O TPACK E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO 69
Rafael Winícius da Silva Bueno

GT11 - DIREITO EDUCATIVO EM DIFERENTES CONTEXTOS 70

O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CAUSAS DO ADOECIMENTO DAQUELES QUE FORMAM TODAS AS OUTRAS PROFISSÕES 71
Adriana da Silva; Marinês Aires

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES NO ESTADO DO MATO GROSSO 72
Cícera Barbosa; Daniel Pulcherio Fensterseifer

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA 73
Clei Cenira Giehl

TECNOLOGIAS DIGITAIS: POSSIBILIDADES E MALEFÍCIOS NA SAÚDE DOS USUÁRIOS 74
Clesensia Mesquita Cassiano

“COMO MATAR ÍNDIOS COM GIZ E APAGADOR”: A LUTA DA OPIMO PELA RESSIGNIFICAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA EM OIAPOQUE-AP 75
Cristina Franciane de Sousa Brito

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES PÓS-PANDEMIA 76
Eliane Lima Borges de Medeiros; *Marines Aires*

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL..... 77
Maria Cristina Campos Saraiva

FORMAÇÃO E SAÚDE DOCENTE EM DIFERENTES CONTEXTOS 78
Neusa Vicente Lazaroto

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SINOP: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA SALA DE AEE..... 79
Patrícia Catharino; *Flávio Penteado de Souza*; *Ana Paula Alves Souza*

ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO ESCOLAR 81
Susana Michels

EDUCAÇÃO E SAÚDE X A LUDICIDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL 82
Tânia Regina Mendonça de Sena Marques

O TRABALHO DOCENTE E A SÍNDROME DE BURNOUT: SUAS RELAÇÕES 83
Tatiane de Souza Gil; *Marines Aires*

OS EFEITOS DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA INFÂNCIA 84
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROVIMENTO DO CARGO DE GESTOR E ASSESSOR ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA 85
Zenaide Borre Kunrath

GT12 - A EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS: AS MÚLTIPLAS FACETAS DO ENSINAR E DO APRENDER 86

EDUCAÇÃO LITERÁRIA: O TEXTO POR MEIO DA TELA EM CANAL DO YOUTUBE 87
Jane Maria Fiori

GT13 - FORMAÇÃO LEITORA E ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO 88

FORMAÇÃO LITERÁRIA E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: ANÁLISE DO PROJETO FOLHAS 89
Jane Maria Fiori

GÊNEROS DIGITAIS NA ESCOLA NA PROPOSIÇÃO DA BNCC: ALGUNS APONTAMENTOS CRÍTICOS 90
Jaqueline Weiler Brock

A AÇÃO PEDAGÓGICA E A *PRÁXIS* EDUCATIVA NA REALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL 91
Simone Bortoluzzi Camargo

GT 14 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES 92

O BINÔMIO NEGACIONISMO/LETRAMENTO NO ENSINO DE HISTÓRIA NA SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS 93
Juliana Fraga

HEUTAGOGIA REMIXADA: O APRENDER DO DOCENTE 94
Luis Carlos Peters Motta; *Lucia M. M. Giraffa*

O BINÔMIO NEGACIONISMO/LETRAMENTO NO ENSINO DE FILOSOFIA NA SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS 95
Luiz Guilherme Lucho de Araujo; *Marcelo Leandro Eichler*

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E DESIGUALDADE RACIAL: UM ESTUDO COM DISCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA RELACIONADO ÀS ASSIMETRIAS NO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 96
Renata Gomes Garcia; *Lucia M. M. Giraffa*

O BINÔMIO NEGACIONISMO/LETRAMENTO NO ENSINO DE QUÍMICA NA SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS 97
Taís Oliveira Martins; *Marcelo Leandro Eichler*

GT15 - EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INTERSECCIONALIDADE: POSSIBILIDADES DE PROBLEMATIZAÇÃO E OLHARES PARA AS MINORIAS 98

HISTÓRIA DO MATO GROSSO: O PROTAGONISMO FEMININO NA EDUCAÇÃO 99
Adriana da Silva; *Eliane Cadoná*

EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS/AS E IDOSOS/AS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE 100
Cleide Oliveira; *Eliane Cadoná*

LETRAMENTO E SURDEZ: UM OLHAR A PARTIR DAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA CRIANÇAS SURDAS 101
Flávio Penteado de Souza; *Ana Paula Alves Souza*; *Patrícia Catharino*

REFLETINDO SOBRE A EMPATIA E DIFERENÇAS NO AMBIENTE ESCOLAR: PROJETO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DE SINOP-MT 102
Flávio Penteado de Souza; *Ana Paula Alves Souza*; *Patrícia Catharino*

TRABALHO ENTRE GESTÃO ESCOLAR, PROFESSORES E FAMÍLIAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: A ALFABETIZAÇÃO NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19 103
Josiani Aparecida de Mello França

A LITERATURA NÃO CANÔNICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO E CRÍTICA SOCIAL 104
Laísa Veroneze Bisol; *Vanderléia de Andrade Haiski*

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: O QUE CONTAM PROFESSORES/AS SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE E MINORIAS 105
Marileusa H. Frozza

A INSERÇÃO DA MULHER COMO PROFESSORA DE MATEMÁTICA: AVANÇOS HISTÓRICOS, TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS..... 106
Roseclé Oliveira dos Santos

GT 16 - REDES COLABORATIVAS: CONSTRUÇÃO CONJUNTA DE PROCESSOS, PRODUTOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO COLETIVA..... 107

A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 108
Larissa Aparecida Alexandre

O CUIDADO INTENSIVO NEONATAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA AMBIENTALISTA 110
Tatiane Gabriela Weller

GT 1

EDUCAÇÃO E SABEDORIA DE VIDA: POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL PARA TODOS E TODAS

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA POSSIBILIDADE DE MELHORIAS NO COTIDIANO DO TRABALHADOR NA ÁREA DE SAÚDE E ESPORTES

Anete Ferreira de Souza Ribeiro[1]

Resumo
O texto visa apresentar o projeto Qualidade de Vida no Trabalho na Escola Estadual Santos Dumont em Cuiabá-MT, abrangendo a temática saúde preventiva. Hábitos saudáveis de alimentação aliados à atividade física que o esporte e recreação propiciam. O trabalho objetiva conscientizar o público envolvido da importância de hábitos saudáveis e prevenção de doenças a como hipertensão e diabetes, compreender a necessidade da realização de mudança de hábitos de vida saudáveis, aliando os benefícios da saúde aos da atividade física que os esportes possuem e ressignificando os valores nutricionais e os riscos à saúde com hábitos não saudáveis. A metodologia deste estudo empírico-teórico está fundamentada em uma revisão bibliográfica acerca do conceito de Qualidade de Vida no Trabalho. Esta pesquisa conta com a participação de 26 colaboradores da unidade escolar, sendo professores, servidores da limpeza, tanto administrativos e terceirizados, e utiliza o software Sphinx para a tabulação, análise, apresentação e discussão dos principais resultados do estudo. O Projeto de pesquisa terá como atividades; palestras informativas de conscientização e mobilização dos colaboradores da escola, triagem através de instrumento, avaliação nutricional, atividades desportivas-recreativas, palestra sobre nossa alimentação diária, oficinas de uma mesa saudável e nutritiva e acolherá sugestões dos participantes, a divulgação dos resultados obtidos no estudo será posteriori. Espera-se estimular a participação de todos neste projeto visando melhoria significante e continua na mesma proporção, humanizando e provendo não só condições de trabalho adequadas às necessidades de saúde, físicas, alegria e psíquicas dos trabalhadores com qualidade, levando ao desenvolvimento do indivíduo como pessoa integral, - humana e qualificada. As informações sobre os dados coletados serão acrescentadas e divulgadas em outra oportunidade.

Palavras-chave: Qualidade de Vida no Trabalho. Motivação no Trabalho. Saúde Esportes e Recreação.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Tabeliã Substituta do 4º Ofício de Cuiabá – MT. E-mail: nete.ribeiro@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA AS DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Edivaldo Soares Vieira de Atahaide[1]

Resumo

O presente trabalho é um resumo do projeto proposto para a obtenção do título de mestrado, inserido na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão de Educação, com foco nas Políticas de Formação de Professores, e busca fazer uma análise sistemática sobre as políticas públicas de formação de professores. Foram feitas pesquisas, procurando evidenciar consequências das políticas públicas para a atuação dos professores. Para construir nossos argumentos acerca do tema, foi feita análise de documentos, livros, artigos, que nos possibilitaram descrever a trajetória das políticas públicas educacionais de formação de professores da educação básica. Entretanto, devido às constantes mudanças no sistema de ensino, nos projetos políticos propostos para a educação, fazem-se necessários a investigação e o levantamento histórico das mudanças nestas políticas, para que possamos realizar um mapeamento de perspectiva dos impactos que tais políticas causam/causaram no currículo de formação dos professores e possamos apontar aspecto positivo e negativos dessas políticas educacionais. Com essas análises, podemos afirmar que, desde a década de 1960, já se tinha a preocupação com a formação e qualificação dos educadores que atuavam na educação básica do Brasil, tal evidência é destacada por Anísio Teixeira, mas, no entanto, foi com a LDB/96 que se tem um documento evidenciada a pertinência das políticas públicas educacionais e construção das diretrizes para a formação e qualificação dos educadores e a importância para a obtenção de uma educação pública de qualidade que a sociedade tanto anseia. Também podemos afirmar que a Lei de diretrizes e bases da educação nacional elaborada em conjunto com educadores no período de 1990 e efetivada no congresso em 1996 não foi o documento proposto pelos educadores, pois foram feitas algumas alterações pelos políticos que deixaram os educadores insatisfeitos, mas, mesmo assim, a classe dos educadores ficou feliz devido à criação de um documento que seria o parâmetro para a criação das políticas públicas educacionais, para tanto os novos documentos após a LDB/96 segue o mesmo parâmetro, por outro lado, temos que a expansão dos cursos, ocorrida a partir das exigências da LDB e em consonância com estas influências, priorizou formações a distância e ampliou a participação privada, originando um conflito de interesses entre os que formulam e os que executam as políticas públicas educacionais, voltada para a formação dos professores. Também se identificaram a preponderância de políticas emergenciais, principalmente aquelas voltadas para a formação em serviços, e a falta de continuidade e coesão entre os programas, dificultando a consolidação de uma política nacional de formação docente com qualidade, como buscava a classe dos educadores. Ainda podemos destacar que a falta de consenso entre os profissionais da educação foi um aspecto relevante identificado nos textos analisados, principalmente quanto a identidade e natureza dos cursos de formação. Portanto, compreendemos que as políticas públicas educacionais não são um tema novo, mas, antigo, e de grande importância para que possamos atingir o objetivo de uma educação de qualidade,

[1] Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – PPGEDU, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Professor da Rede Pública Estadual Mato Grosso. esvda@hotmail.com.

com profissionais qualificados, valorizados, e vale ressaltar que o grande marco nessas políticas é a LDB/96, mesmo não sendo na íntegra o documento proposto pelos educadores.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Formação de Professores. Diretrizes básicas.

OS IMPACTOS (OU NÃO) DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT EM CONEXÃO COM O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ESCOLAR

Ester Rodrigues da Silva Paz[1]

Resumo
Todo início de ano o Projeto Político-pedagógico da escola é rediscutido por toda a comunidade escolar, ou deveria ser, isso devido a mudanças que ocorrem no quadro de funcionários, na quantidade de alunos, na infraestrutura, na organização dos espaços, novos projetos e programas, enfim, mudanças que levam a escola a necessidade de atualizar e adequar os documentos à nova realidade que se encontra. De acordo com Padilha, "projeto vem de projetar-se. De lançar-se à frente. Não se empreende uma caminhada, não se definem passos a dar sem uma direção, uma filosofia educacional" (2001, p. 78). São com esses momentos de estudo e levantamento das carências da escola que ela projeta seu ano letivo. Por isso, o PPP é indispensável para conduzir os trabalhos e para auxiliar na resolução de problemas e enfrentamento dos desafios. De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, "assim, cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político- pedagógico com os planos de educação nacional, estadual, municipal, o plano da gestão, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e as de seus estudantes" (DCENEB, 2013, P.48). Paralelo a isso, os governos têm desenvolvido políticas públicas que visam a contribuir no enfrentamento dos desafios surgidos cotidianamente nas escolas e como um desses desafios é a alfabetização dos estudantes até o segundo ano do Ensino Fundamental, o governo de Mato Grosso regulamentou a Lei 11.485, de 28 de julho de 2021, por meio do Decreto 1.065 de 10 de agosto de 2021, instituindo o Programa Alfabetiza MT, com o objetivo de garantir que todos os estudantes dos sistemas estadual e municipais de ensino do Estado de Mato Grosso estejam alfabetizados, na idade certa, até o final do 2° ano do Ensino Fundamental. Para realizar a pesquisa, a metodologia será qualitativa, com análise na perspectiva da concepção materialista histórico-dialética, pois ela é essencial na compreensão desses processos e na compreensão de uma cultura historicamente construída. Diante do exposto, é pertinente avaliar os impactos (ou não) da implementação do Programa Alfabetiza MT em conexão com o PPP a fim de concluir sobre a importância do planejamento coletivo na escola que reflita sua identidade, necessidades e potencialidades para assim qualificar os processos de alfabetização no Estado de MT. O presente trabalho é parte dos estudos que estão sendo desenvolvidos no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI para ampliar a discussão na perspectiva desta temática tão importante.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico Escolar. Programa Alfabetiza MT. Contexto.

[1] Professora da Rede Pública Estadual de Mato Grosso e da Rede Municipal de Rondonópolis-MT, aluna do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – PPGEDU, na Linha de Pesquisa:Políticas Públicas e Gestão da Educação.

BNC - FORMAÇÃO, IDENTIDADE E O PROTAGONISMO DOCENTE: DOCENTE: PROFESSOR COM PAPEL PRINCIPAL?

Ieda Pertuzatti[1]

Silvia Regina Canan[2]

Resumo

O artigo analisa a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação), documento aprovado em 2019, e suas inferências à identidade e ao protagonismo docente. A metodologia utilizada se destaca na pesquisa bibliográfica de teóricos que discutem a identidade e o protagonismo docente e as políticas de formação de professores. Como análise documental, foram considerados o Parecer do MEC/CNE nº 2.167/2019 e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Educação Básica). Considerando a importância da identidade e do protagonismo docente na qualidade da educação, apoiados em pesquisas como de Imbernón (2010); Dubar (2009); Silva (2009); Pimenta (2009); Morgado (2011) que refletem sobre o tema, tivemos como objetivo neste estudo: a) apresentar um aporte teórico sobre a importância do protagonismo do professor para os avanços dos aspectos qualitativos da educação; b) perceber como este fator se faz presente/ou não, nos documentos mais recentes que normatizam a formação do professor, neste caso a BNC-Formação. Nóvoa (2107) contribui neste estudo com a compreensão da formação docente enquanto processo contínuo ao longo da vida que se tem constituído coletivamente na colaboração entre seus pares, valorizando as experiências, os saberes e a produção. Compreende-se que a identidade e o protagonismo docente são elementos de grande influência na melhoria e na qualidade da educação e que estes elementos precisam ter espaço garantido nos debates e nas normatizações que regem a educação nacional. No entanto, resultado da análise demonstra que o papel de protagonista docente no documento BNC – Formação fica condicionado ao conceito de competências, atrelado ao desempenho que se busca alcançar, ou seja, o professor é tido como objeto da sua formação, não como sujeito na formação, além de ser o único responsável pela aprendizagem dos educandos.

Palavras-chave: Identidade docente. Protagonismo docente. Formação de professores. BNC-formação.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. Professora da Rede Municipal de Ensino de Nova Erechim/SC. E-mail a098321@uri.edu.br.

[2] Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. e-mail: silvia@uri.edu.br.

POLÍTICAS E PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Jair Antônio Zancan[1]

Silvia Regina Canan[2]

Resumo

Este estudo, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da URI, junto ao NEPPES[3], inserido ao âmbito da política e gestão pública, objetiva tratar sobre questões referentes à humanização das instituições de saúde no tratamento dos pacientes, e, para tanto, serão abordadas questões referentes à educação permanente em saúde, as políticas públicas e processos que englobam essa questão. Trata-se de um estudo bibliográfico, documental e qualitativo. Percebe-se que, ao longo dos anos, as políticas vêm sendo ampliadas, visando a concretizar os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, buscando consolidar mudanças qualitativas nas maneiras de gerir e cuidar, fomentando a comunicação entre os gestores, trabalhadores e usuários, para que assim seja possível enfrentar as relações de poder e as práticas desumanizadoras, favorecendo a autonomia e a corresponsabilidade. O estudo aqui desenvolvido evidenciou que ainda há um longo caminho a ser percorrido, porém, cada vez mais se fortalece a consciência sobre a relevância de atendimentos humanizados na área de saúde. Percebe-se que a educação perpassa todos os campos da vida, pois trata da interação entre os indivíduos envolvidos em determinado contexto em consonância com o mundo em sua volta. Na área da saúde, embora seja um processo complexo, refere-se a um paralelo entre as duas áreas, tendo na Educação a fórmula para transformar comportamentos e na Saúde os conhecimentos científicos capazes de intervir sobre as enfermidades de um indivíduo. Com isso, a educação em saúde se torna um processo educativo que abarca as relações entre os profissionais da área de Saúde e a população. Busca-se destacar aqui que, por meio da formação permanente, pela reflexão e intervenção coletiva nas práticas de saúde, é possível fortalecer a organização de uma rede coletiva de produção de conhecimentos que seja capaz de transformar a realidade de muitos atendimentos em saúde atuais, deixando para trás os processos de trabalho unicamente hierarquizados e verticalizados e possibilitando que os pacientes se tornem protagonistas na produção do cuidado.

Palavras-chave: Educação Permanente em Saúde. Políticas Públicas. Gestão Pública. Humanização das Instituições de Saúde.

---

[1] Mestrando em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: jairzancan@yahoo.com.br

[2] Doutora em Educação. Docente do PPGEDU na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: silvia@uri.edu.br

[3] NEPPES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Processos de Educação Superior.

ENTENDENDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Jose Sinézio de Melo[1]

Resumo
Políticas públicas é um campo de conhecimento que vai orientar a ação do governo ou analisar essa ação e, caso não esteja conseguindo seus objetivos ou quando necessário, vão propor uma mudança no curso dessas ações, e essas formulações de política irão se transformar em projetos, planos, programas que necessitam de acompanhamentos e análises constantes do governo, para que sua execução seja adequada e correta. Podemos então compreender que as políticas públicas são ações relacionadas às decisões governamentais. Política pública é uma área de estudo e conhecimentos acadêmicos ligada a uma subárea das ciências políticas multidisciplinares. Não existe apenas uma definição sobre o que seja políticas públicas, considerando ser um termo polissêmico. Mead (1995) a define como uma área de estudo das políticas que vai interpretar o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) a indica como um conjunto de ações do governo a serem desenvolvidas que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio, compreendendo políticas públicas como a soma das atividades governamentais que agem diretamente ou através de delegações e influência na vida dos cidadãos. Dve (1984) sintetiza e explica as políticas públicas como "o que o Governo escolhe fazer ou não fazer". As políticas governamentais repercutem na economia e nas sociedades, e qualquer teoria de política pública precisa também explicitar as inter-relações entre estados, política, economia e sociedade. Assim é a razão pela qual pesquisadores de diversas disciplinas – economia, ciências políticas, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas compartilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e filosóficos. Um dos momentos de criticidade das políticas públicas, das ações governamentais para a melhorias da sociedade, talvez seja suas avaliações, dentro de um parâmetro de diversas formas de avaliar, de comparar o desenvolvimento da ação dos governos e suas políticas, com bases em critérios e padrões baseadas em medidas valorativos que indicará se as políticas públicas, estão funcionando de maneiras positivas, ou seja melhorando a educação, a economia, a segurança, a urbanidade etc. Ou se os problemas foram minorados ou não. Podemos observar que as políticas educacionais envolvem aspectos das políticas das sociedades e das instituições, em outras palavras, o que o governo decide fazer ou não fazer é que nos permite compreender o motivo pelo qual algumas políticas públicas nunca são concretizadas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Formação de professores. Educação de qualidade.

---

[1] Professor da Rede Pública Estadual, licenciatura plena em geografia, especialista em história e teorias econômicas - pela UFMT -Universidade Federal de Mato Grosso, aluno do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – PPGEDU, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Jose Sinézio de Melo[1]

Resumo
A formação de professores, sob a orientação das novas DCN (BNC – formação, assume um caráter restrito e instrumental do docente, com atuação e ênfase na prática pedagógica a qual se diferencia da teoria. É importante que a docência do professor não se reduza somente à prática de ensino, ao saber fazer. A forma de trabalho do professor é caracterizada como uma prática educativa com variedades de dimensão de saberes, profissionalismo, curriculares, experimentais e disciplinares. Desse modo os processos formativos não devem ser limitados aos currículos, aos conteúdos, a teoria deve ser relacionada ao saber fazer a multidisciplinaridade. Em meados desses séculos, governos no Brasil continuaram a promover a formação dos educadores para os anos iniciais do ensino fundamental e a educação infantil, a partir da lei 9.394 de 1996, postula-se a formação dos professores em nível superior, num período de dez anos para esse ajuste. Iniciando o século XX e surge uma preocupação com a formação de professores para o ensino fundamental e ensino médio, em cursos regulares e específicos. Até então a educação no Brasil era formada e exercida por profissionais liberais ou autodidatas, mas há que compreender que na época o número de escolas secundárias era insuficiente, em pouca quantidade em relação ao tamanho do Brasil, assim como a quantidade dos educandos. Com a publicação da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- em dezembro de 1996, ocorreram mudanças significativas tanto para as instituições educacionais públicas e privadas quanto para seus cursos de formação na área de docência tendo ocorrido um período de transição para sua implantação. Os cursos de licenciaturas têm a finalidade de formar professores para atender a educação básica, a educação infantil (creches e pré-escolas), ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação especial. Sua institucionalização e currículo vem sendo analisado através de estudos que atendam as questões de ensino que estejam regularizadas perante a lei de Diretrizes e Bases da Educação. A formação de professores para a educação básica tem que partir de seu campo de prática dentro de suas necessidades, melhorias e falhas, sobretudo por se tratar de formação para o trabalho educacional que lida com crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Políticas públicas. Formação de professores. Diretrizes básicas.

[1] Professor da Rede Pública Estadual, licenciatura plena em geografia, especialista em história e teorias econômicas - pela UFMT -Universidade Federal de Mato Grosso, aluno do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – PPGEDU, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

O ENFERMEIRO E A CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO DE CUIDAR E O CUIDADO DE SI

Vitória de Oliveira Fagundes[1]

Resumo

Trata-se de um resumo que tem como propósito desenvolver uma reflexão crítica a respeito da prática profissional do enfermeiro no gerenciamento do processo de cuidar e o cuidado de si. Traz uma reflexão crítica desse agir, baseada na suposição de que o processo de cuidar consiste na essência do trabalho em enfermagem. Este trabalho propõe novas práticas, mais comprometidas com a construção no processo de cuidar, seja de si ou do outro. O cuidado de si é importante e necessário para que o profissional da enfermagem possa ter uma atuação mais humana, bem como uma maneira de melhorar o conhecimento acerca de si mesmo, com o objetivo de cuidar de sua saúde mental. Quando se discute o que é cuidado, pensa-se, sobretudo, em sua designação, quem cuida e por que se cuida de algo ou de alguém. É possível afirmar que o cuidado sempre foi uma prática executada na humanidade, há tempos, dentro das mais variadas evoluções. Com base nesse pensamento, Freiras (2013) presume um código moral único na enfermagem, marcado pelo respeito pelos múltiplos códigos morais próprios a cada pessoa, pois o bem e o mal são relativos a cada situação. A filosofia de Martin Heidegger ressalta que o cuidado não é apenas um conceito, é um modo de ser essencial, sempre presente e irredutível; é uma maneira do próprio ser se conhecer. Este trabalho corresponde ao tema cuidar de si mesmo, cuidar do outro, e se deixar cuidar. O objetivo deste estudo é demonstrar as competências do enfermeiro, o ato de cuidar O trabalho de enfermagem é caracterizado pelo predomínio do cuidado às pessoas doentes, sendo desenvolvido de forma contínua, ou seja, é uma atividade profissional cotidiana Trata-se de um estudo descritivo sobre o ato de cuidar e o cuidado de si para o enfermeiro, com a utilização de livros e artigos. Assim, entende-se que a melhoria do desempenho ao cuidar garante a criação de uma visão mais crítica, isto é, de como se exerce o cuidado na enfermagem. Este contexto deve ser amparado por leituras, questionamentos e os conhecimentos no processo de cuidar (PEREIRA; GALPERIM, 1995). Percebemos que este trabalho acrescentou seus princípios e práticas para ser exercida sobre o ato de cuidar. As pessoas deste estudo ressaltam que para procriar o ato de cuidado é fundamental querer ajudar, expressar amor, cortesia e sinceridade. Portanto, o cuidado de si é uma atitude ligada ao exercício da ciência. De certo modo, é saber enfrentar os desafios de se estar no mundo, de se relacionar com o outro e consigo mesmo. Tal cenário remete o sujeito à reflexão sobre seu modo de ser e agir, e o cuidado de si mesmo.

Palavras-chave: Enfermeiro. Cuidado de si. Processo de cuidar.

[1] Acadêmica do curso de Enfermagem da URI/FW. Estudante. E-mail: a099061@uri.edu.br.

GT 2

ENSINO MÉDIO: ENTRE NECESSIDADES, FRAGILIDADES E CONTRADIÇÕES

A FLEXIBILIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO DISFARÇADA DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Chanauana de Azevedo Canci[1]

Resumo
Entre os temas de debate sobre os rumos da educação brasileira, a Reforma do Ensino Médio tem sido um dos mais recorrentes. Com a regulamentação da Lei nº 13.415/2017, que propôs a flexibilização desta etapa de ensino, incutiu-se a ideia de que o jovem conta com a possibilidade de escolha quanto ao percurso formativo que pretende seguir, de acordo com sua trajetória, aptidões e projetos de vida, por meio do chamado "protagonismo estudantil". Diante do contexto econômico e social que vivenciamos e dos dados educacionais de que dispusemos como parâmetros nacionais, é possível identificar os objetivos velados, encobertos em meio ao discurso progressista da Reforma. Por meio deste texto, buscamos demonstrar nossa preocupação com a alarmante situação em depositar no jovem estudante a escolha quanto à sua formação — seja em uma área acadêmica ou técnica/profissional — considerando as fragilidades que compõem a Educação Básica brasileira desde as suas primeiras etapas. Há décadas se promovem debates sobre as reais finalidades, possibilidades e funcionalidades das políticas educacionais, e de modo especial, quanto ao Ensino Médio, que ocupa um importante capítulo na histórica luta pela expansão e democratização da escola básica. Para contribuir nas argumentações sobre o tema, elaboramos algumas reflexões e críticas sobre o novo sistema educacional proposto, provocando o leitor ao seguinte questionamento: a flexibilização da aprendizagem no Ensino Médio, disfarçada pelo discurso de protagonismo estudantil, serve para quê e, sobretudo, para quem? Com isso, buscamos investigar quais os propósitos dessa articulação em um país que fortemente segue sendo um mantenedor de diferenças e desigualdades em todos os campos da vida, frisando, neste capítulo, o campo educacional.

Palavras-chave: Ensino médio. Protagonismo estudantil. Flexibilização da educação. Políticas educacionais.

[1] Mestra e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (PPGEDU/URI). Apoio CAPES/Brasil. E-mail: chana.canci@gmail.com.

ENSINO MÉDIO: AVALIANDO POSSIBILIDADES E FRAGILIDADES DA BNCCEM

Edivanda Gambin Albarello[1]

Claudionei Vicente Cassol[2]

Resumo

Neste estudo, faremos uma breve análise das possibilidades e fragilidades do atual documento BNCCEM, que rege o Ensino Médio, apresentando critérios e argumentos publicados, que ofereçam caminhos adequados, para propor currículos que efetivamente promovam melhorias da educação. Para esta discussão, utilizamos a metodologia dialética de base bibliográfica, com perspectiva crítico-analítica, identificando pontos frágeis, que comprometem seu êxito, pois entendemos que muito mais que definir currículos o documento deve preocupar-se com a formação integral dos/das estudantes que estão na etapa final da educação básica. Não intencionamos apenas lançar críticas, mas apontar caminhos, pois a BNCCEM, como todos os documentos que conduzem a educação básica lançados no país, apresentam avanços modestos, no que tange a equidade, qualidade e eficiência. Intencionamos apresentar a situação atual com respeito ao currículo do Ensino Médio, delimitado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DECNEM) e a nova proposta, que é apresentada para cumprir o estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE). Muito nos preocupam os dados apresentados em abril de 2017, através de estudo anual do movimento Todos Pela Educação, o qual afirmou que 2,46 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Entre esses estão mais de 1,7 milhões de jovens entre 15 e 17 anos, a pesquisa apontou que, no geral, os estudantes matriculados em instituições públicas ou privadas apresentam desempenho inferior às metas estabelecidas pelas avaliações nacionais realizadas. Concluímos que, como a BNCEM encontra-se em curso a arquitetura de uma nova estrutura de regulação, de concepção neoliberal, na qual os sentidos hegemonizados para a educação de qualidade podem estar relacionados ao controle do que será ensinado e aprendido, e na qual a evidência de qualidade se torna própria qualidade que se está reivindicando. Com base no estudo, observamos que poucos casos de sucesso são resultados de iniciativas das redes e escolas, e a grande maioria acontece quase sempre à revelia ou em contraposição às propostas do Ministério da Educação.

Palavras-chave: Ensino Médio. Base Nacional Comum Curricular. Currículo. Política pública educacional.

[1] Mestranda em Educação, PPGEDU - URI/Câmpus Frederico Westphalen. E-mail edivandagambin@hotmail.com. https://orcid.org/0000-0003-4544-0379. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1116111715503254.

[2] Doutor em Educação nas Ciências – PPGEC – Unijuí (Bolsa PROSUC/CAPES). Professor na URI – Frederico Westphalen-RS e CEEDO – Cerro Grande-RS. Integrante do Grupo Biosofia (Pesquisa e Estudos em Filosofia), URI-Frederico Westphalen-RS, Brasil. https://orcid.org/0000-0001-7837-887X - Lattes: http://lattes.cnpq.br/6978565796991115.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO INTEGRAL: ESCOLAS COMPROMETIDAS COM INDIVÍDUOS REFLEXIVOS, CRÍTICOS, EMANCIPADOS E PENSAMENTO CIENTÍFICO

Nádia Maria Ferronatto Bernardi[1]

Claudionei Vicente Cassol[2]

Resumo

A proposta de trabalho vem ao encontro da inquietação e desejo de realizar pesquisa no doutorado referente à formação humana integral. A intencionalidade de pesquisar a temática ocorre por perceber, como professora, que a escola precisa refletir sobre a sua proposta de ensino e que sujeito está formando. É pertinente ter presente que a escola precisa fazer sentido para os sujeitos e despertar o interesse e desejo pelo conhecimento e permanência. A educação integral envolve trabalho consciente e compreensão das diversas dimensões humanas; vai além da dimensão racional e alcança propostas de formação que desenvolvam a capacidade de autonomia e de interação nos diferentes espaços sociais, na condução da existência individual, envolvimento socioeconômico e político-cultural. Nesse sentido, uma possibilidade de questão norteadora pode pensar: Como a educação proposta pela escola está considerando a formação humana? Há uma perspectiva protagonista ou se dirige para atender demandas do mercado, instrumentalizando os processos educativos? A base teórica, de cunho crítico-dialético, aproxima-se de uma formação com possibilidade *omnilateral* e pode se desenvolver a partir de referenciais bibliográficos com atenção aos movimentos que operam com a proposta de formação humana integral. As teorizações referentes ao objeto de investigação, bem como, as políticas públicas federais para a educação compõem o debate. Pretende-se estudar elementos que proporcionem outro olhar sobre a escola e os sujeitos que nela se inserem, as circunstâncias, contextos e horizontes que a educação, como processo humanizador, desenvolve-se pela interação e diálogos acerca da condição humana, impactada pela dimensão econômico-financeira, sócio-histórica e político-cultural.

Palavras-chave: Educação. Formação humana integral. Políticas educacionais.

[1] Mestra e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (PPGEDU/URI). Bolsista CAPES modalidade II. E-mail: nadiabernardi@hotmail.com.

[2] Doutor em Educação nas Ciências – PPGEC – Unijuí (Bolsa PROSUC/CAPES). Professor na URI – Frederico Westphalen-RS e CEEDO – Cerro Grande-RS. Integrante do Grupo Biosofia (Pesquisas e Estudos em Filosofia), URI-Frederico Westphalen-RS, Brasil. https://orcid.org/0000-0001-7837-887X.

GT 3

EDUCAÇÃO INTEGRAL, JUSTIÇA CURRICULAR, CIDADES E TERRITÓRIOS QUE EDUCAM E SE EDUCAM

EDUCAÇÃO INTEGRAL: PLANO DE ESTADO X PLANO DE GOVERNO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA

Edna Alves Pereira da Silva[1]

Resumo
Os Planos Municipais de Educação (PME) são instituídos como políticas públicas para o desenvolvimento educacional. Entretanto, para que efetivamente desenvolvam a educação, é primordial que os planos decenais de educação sejam tratados como planos de estado e não como plano de governo. A Educação Integral está regulamentada em todos os PME dos 20 municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo, do estado da Bahia. Entretanto, apesar de os planos terem a duração de dez anos e perpassarem gestões de governos municipais, alguns municípios tratam a temática da Educação Integral como plano de gestão, desconsiderando o movimento democrático e participativo que ocorreu na construção dos referidos planos, de modo a tornar esse documento importante instrumento de política pública de Estado. A relação do município com o seu PME, documento estruturador de políticas públicas, é de distanciamento. Além disso, existe um empecilho para o acompanhamento e o monitoramento dos planos, que é a rotatividade de técnicos responsáveis pelo seu monitoramento e acompanhamento. Essa rotatividade se dá principalmente devido a alteração das gestões municipais a partir dos processos eleitorais que acontecem a cada quatro anos. Há um processo de descontinuidade dessas políticas públicas, pois apesar dos planos decenais serem políticas públicas de Estado que devem ser planejadas e executadas as ações neles previstos com vistas à promoção de uma oferta de educação de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, os PMEs não são levados em conta, na maioria das vezes pelos governos municipais, principalmente no que tange a oferta de Educação Integral.

Palavras-chave: Educação integral. Plano municipal de educação. Plano de gestão.

[1] Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS (UNEB). Membro do GPCSL/CNPQ. Membro do grupo de pesquisa Educação Integral na escola e na sociedade: sujeitos, territórios, dimensões e interfaces da UFRGS/CNPq. Membro do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada. Membro do Observatório Nacional de Educação Integral. Professora da Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras/BA. E-mail: ednaapsilva10@gmail.com.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A JUSTIÇA CURRICULAR UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Renata Gerhardt de Barcelos[1]

Resumo
Neste artigo, defendemos a importância de ampliar as reflexões sobre os currículos para Educação Integral (EI), expandindo as discussões, em especial, aquelas ligadas ao conceito de justiça curricular. As inquietações envolvendo a construção de currículos escolares são recorrentes, ainda mais quando falamos em Educação Integral, sendo assim, a discussão sobre o desenvolvimento pleno dos sujeitos surge para que possamos avançar no desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, o propósito deste texto é mapear as produções científicas sobre esse campo a partir de um estudo bibliográfico. Para tanto, a investigação e a análise foram desenvolvidas a partir de uma discussão teórica acerca de autores e pesquisadores que tratam do assunto e do mapeamento das produções científicas em Dissertações e Teses no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), analisando os resumos, no período de 2012 a 2022. Também foram analisados os artigos da revista E-Curriculum da PUC/SP, pois o maior número de trabalhos encontrados envolvendo o conceito de justiça curricular foram identificados na referida revista. Trata-se de uma pesquisa de dimensão quantitativa e qualitativa. Como referências teóricas, o trabalho apoia-se nos estudos de Anísio Teixeira, Jaqueline Moll, Elvira Lima e Branca Jurema Ponce, que tratam sobre a Educação Básica, a Educação Integral, Currículo e Justiça Curricular. Sendo assim, no decorrer das análises, ampliamos o debate sobre os currículos escolares, na perspectiva do pleno desenvolvimento e refletimos sobre as interfaces entre a Educação Integral e a Justiça Curricular. Por fim, refletimos sobre o papel da escola em mobilizar os debates quanto às organizações curriculares voltadas para uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Educação integral. Justiça curricular. Currículo.

[1] Mestra em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Professora na rede Municipal de Porto Alegre- RS. renatagbarcelos@yahoo.com.br.

ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS À COMPLEXA CRISE SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA ideia DE CIDADES EDUCADORAS E DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Thiago Dutra de Camargo[1]

Resumo

O mundo contemporâneo enfrenta um agravamento nas problemáticas socioambientais, a desigualdade social e a degradação da natureza crescem em ritmo acelerado, o que compromete não só a qualidade de vida dos seres humanos, mas acaba por colocar em risco todo o equilíbrio do planeta. A crise socioambiental tem um caráter complexo e sistêmico, constituindo-se de múltiplas dimensões, todas interligadas, desde a microesfera das atitudes e comportamentos individuais até a macro esfera sociocultural-econômica do capitalismo financeiro globalizante. O objetivo dessa reflexão é apontar contribuições provenientes da ideia de Cidades Educadoras e da perspectiva de Educação Ambiental crítica para se pensar em possíveis enfrentamentos à crise socioambiental. Buscando, a partir da ressignificação com intencionalidade pedagógica dos diferentes territórios das cidades e dos campos, colaborar no desenvolvimento do processo de *conscientização* para uma formação cidadã que possibilite uma atuação ativa nas *situações problemas* que constituem a estrutura das desigualdades sociais e da destruição dos ecossistemas naturais. Para tal, propõe-se uma análise teórico-bibliográfica a partir de uma perspectiva freireana, na qual se conjugam estudos sobre Cidades Educadoras e as contribuições de autores da Educação Ambiental crítica, como Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Entende-se que a Educação Ambiental crítica se apresenta como uma estratégia dialógica multidimensional que interage com a complexidade da crise socioambiental contemporânea de forma a oferecer instrumentos de enfrentamento. Foca-se nas potencialidades que a ocupação democrática dos diferentes espaços e territórios das cidades e campos assumem quando esses são explorados enquanto *temas geradores*, trabalhados didaticamente, objetivando uma reflexão crítica da realidade dos sujeitos envolvidos e uma prática ativa na busca de soluções às problemáticas constatadas.

Palavras-chave: Crise socioambiental. Cidades educadoras. Educação ambiental crítica.

[1] Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. E-mail: thiagodutrac@hotmail.com.

GT4

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

POLÍTICA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL À PROFESSORES

Anete Ferreira de Souza Ribeiro[1]

Daniel Pulcherio Fensterseifer[2]

Resumo

O presente estudo versa sobre política pública educacional, à luz da insatisfação em relação aos resultados produzidos pela educação brasileira e as políticas a eles destinada. Tem o objetivo de propor um resgate histórico da política pública brasileira de formação de docentes. A compreensão do que é uma política pública deve principiar pelo entendimento do que lhe é vital: as ações sociais vinculadas a problemas políticos. A política pública é uma resposta a um problema político. Sua importância advém do interesse em compreender as reais intenções dessas políticas e como permeiam as práticas docentes. Estabelecer uma leitura frente ao conceito de política pública educacional, "formação docente", procura metodologicamente apresentar um resgate histórico das políticas públicas educacionais, com base em Parsons (2007), Meny e Thoenig (1992), Sanz (2006), Secchi (2013) e Souza (2016), traz o cenário teórico e prático, discute a importância da formação do professor, como espaço de partilha e trocas de aprendizagens apoiado em Gatti (2008), Barreto e André (2011), Sacristan (2000) e os documentos oficiais do governo, como forma de assegurar educação de qualidade. Assim, defende-se que haja a participação de todos os atores envolvidos com a educação, entre eles os gestores, professores, pais, alunos, associações, representantes e políticos, que estejam comprometidos, preparados e predispostos a participar dessa construção em várias mãos de um programa de formação continuada de acordo com sua realidade, pensado e elaborado com a presença dos atores que fazem parte da educação, fazendo que o lugar da formação se transforme no lugar da profissão.

Palavras-chave: Formação docente. Políticas públicas educacionais. Participação coletiva.

[1] Mestranda em Educação, Tabeliã Substituta do 4º Ofício de Cuiabá – MT. E-mail: nete.ribeiro@gmail.com

[2] Doutor em Ciências Criminais – Professor do PPGEDU e do Curso de Direito da URI. E-mail:danielpulcherio@uri.edu.br

EDUCAÇÃO EM ESPAÇO NÃO FORMAL: CONTRIBUIÇÕES NA (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE IDOSOS DO SCFV DE IPIRANGA – PR

Cleonice de Fátima Martins[1]

Resumo
O presente texto é parte do projeto de tese em construção que versa sobre a educação em espaço não formal e o efeito na (re)construção de identidades de idosos que frequentam as atividades educacionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV da cidade Ipiranga – Paraná. Entende-se que o SCFV é um setor do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e que possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Neste contexto, entre os atendimentos realizados no SCFV já citado, há grupos de idosos que frequentam atividades educacionais. Deste modo, tem-se como objetivo geral: analisar a educação em espaço não formal para idosos que frequentam o SCFV da Cidade e Ipiranga – PR e as contribuições na (re)construção de Identidades deste público. Dessa forma, o projeto de tese é alicerçado na perspectiva teórico-epistemetodológica de Karl Marx no viés do materialismo histórico-dialético com posicionamento crítico transformador. Para tanto, a metodologia dar-se-á por meio uma pesquisa no SCFV da Cidade de Ipiranga – PR, se aplicará um questionário com questões abertas e fechadas direcionadas ao grupo de idosos que frequentam a instituição, acrescentando a seleção de materiais documental que norteiam as atividades educativas no SCFV e fontes de pesquisas que contribuam significativamente para o contexto pesquisado. Entende-se, assim, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, estudos bibliográficos e documental, considerando a triangulação teórica. Almeja-se com esse olhar explicitar as contribuições do SCFV nesse recorte da população, contribuindo também com outras pesquisas em educação em espaços não formais.

Palavras-chave: Educação em espaço não formal. Idosos. Serviço de convivência e Fortalecimento de vínculos. Políticas educacionais.

[1] Doutoranda em Educação. Professora e Pedagoga. E-mail: cleorenevil@gmail.com

A POSSIBILIDADE DE COBRANÇA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: DA ILUSÃO DA GRATUIDADE COMO GARANTIA DA IGUALDADE

Eduardo da Silva Zachia Alan[1]

Resumo
O trabalho aqui proposto, apresentado como projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado em Educação) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW), visa a determinar se a possibilidade de cobrança de contrapartida financeira dos alunos com maior renda familiar poderia ser um instrumento de universalização do ensino superior especialmente para assegurar maior acesso aos alunos de baixa renda familiar que teriam isenção garantida. É uma questão a ser estudada pelo ângulo das políticas públicas de ensino, pois não está voltada para a necessidade ou possibilidade de criação de formas alternativas de custeio às universidades públicas, mas sim como instrumento de isonomia e igualdade social, com o fim de incorporar maior diversidade social nos campi universitários. O objetivo geral é então investigar se a criação de contribuição financeira imposta aos usuários do ensino superior público, combinada com política de isenção pagamento de usuários hipossuficientes poderia ajudar a combater a desigualdade social dentro das universidades públicas. Os objetivos específicos são investigar se a criação de contribuição financeira imposta aos usuários do ensino superior público, combinada com política de isenção de pagamento de usuários hipossuficientes poderia ajudar a combater a desigualdade social dentro das universidades públicas. A pesquisa será por revisão bibliográfica atualizada e de forma qualitativa. Por se tratar de trabalho eminentemente teórico, consistirá na leitura dos materiais disponíveis sobre o tema, como livros e artigos teóricos, mas também de estudos e relatórios sobre o corpo discente presente nas universidades e seu perfil socioeconômico, também será investigada a produção acadêmica sobre a matéria para delimitar os conceitos aplicáveis, além das normas vigentes sobre a questão. Por ser ainda projeto de pesquisa, não há conclusão definitiva sobre o tema, existindo a expectativa de descobrir se a cobrança para cursar o ensino superior público pode ser incluída como política afirmativa eficiente.

Palavras-chave: Educação. Isonomia. Cobrança. Ensino. Superior.

[1] Graduado em Direito, Tabelião de Notas no município de Redentora, estado do Rio Grande do Sul. Mestrando em Educação (URI). E-mail: eduardozalan@hotmail.com.

GT 5

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UMA QUESTÃO DE DIREITO

Amanda Pereira Dassoler[1]

Resumo
Trata-se de pesquisa em nível de graduação, a qual se encontra em fase inicial sobre o Direito à Educação para pessoas presas. O trabalho tem como objetivo discutir e analisar a educação como uma questão de Direito e não apenas como uma assistência a ser prestada pelo Estado, como descrito na Lei de Execuções Penais (LEP). Propõe-se essa discussão a partir de estudos sobre as teorias da pena bem como das principais correntes criminológicas dos autores Alessandro Baratta, Michel Foucault, Erving Goffman e Eugenio Raúl Zaffaroni. A educação é um direito social previsto no *caput* do art. 6º da Constituição Federal e deve ser ofertada para todos sem distinção de qualquer natureza, entende-se que a pena privativa de liberdade não comporta a privação de outros direitos. Trata-se de pesquisa qualitativa na qual serão utilizados os métodos bibliográfico e documental. Serão utilizados livros e artigos científicos encontrados na biblioteca física e digital da URI, assim como em sites de periódicos relacionados a cursos e programas de pós-graduação em Direito. Além disso, serão analisadas a Constituição Federal, as Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e Conselho Nacional de Educação (CNE) 03/2009 e 02/2010, respectivamente, bem como leis federais e estaduais. A linha de pesquisa será Políticas Públicas e Gestão da Educação. A partir desta pesquisa, espera-se compreender que a previsão da educação para as pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade contida na LEP deve ser compreendida como uma obrigação do Estado, que deve promovê-la a partir de políticas públicas garantidoras desse direito para toda e qualquer pessoa, independentemente da situação em que ela se encontra.

Palavras-chave: Prisão. Educação de pessoas presas. Direito educativo.

[1] Acadêmica do VIII Semestre do Curso de Direito da URI/FW. E-mail: amandapereira1414@gmail.com.

A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA EDUCAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Angela Gemile Botene[1]

Resumo
Trata-se de pesquisa em nível de graduação, em fase inicial, sobre a legislação vigente, em âmbito Federal e no Estado do Rio Grande do Sul, acerca da educação para pessoas presas. O trabalho tem como objetivo discutir e analisar a oferta educacional nos estabelecimentos prisionais do RS, observando sua aplicabilidade conforme os ditames legais. Propõe-se essa discussão a partir de estudos sobre a Constituição Federal, a Lei de Execuções Penais (LEP), a Resolução nº 343/2018 do CEEd, a Resolução 3/009 do CNPCP, a Resolução 2/2010 do CNE, a Lei Estadual nº 14.705/2015, e o Plano Estadual de Educação às Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional. Entende-se que a melhoria no acesso à educação no Sistema Prisional contribui para o desenvolvimento humano e social, sendo de suma importância o estudo das referidas disposições, já que, aparentemente, não vêm sendo empregadas na prática. Trata-se de pesquisa qualitativa na qual serão utilizados os métodos bibliográfico e documental. Serão utilizados livros e artigos científicos encontrados na biblioteca física e digital da URI, assim como em sites de periódicos relacionados a cursos e programas de pós-graduação. Além disso, serão analisadas a Constituição Federal, bem como as leis federais e estaduais. A partir desta pesquisa, espera-se compreender a relevância dos dispositivos legais que asseguram a educação para as pessoas em situação de privação de liberdade e da sua aplicação de maneira efetiva e eficaz, como forma de contribuir para a garantia do direito à educação para essas pessoas.

Palavras-chave: Educação. Prisão. Direito educativo. *Therapeutic Jurisprudence*.

[1] Acadêmica do VIII semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Frederico Westphalen. E-mail: angelabtaffarel@gmail.com.

DIREITO À EDUCAÇÃO E SISTEMA PRISIONAL: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO BRASIL

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira[1]

Vinicius Santana Muniz[2]

Resumo

Trata-se de trabalho resultante de pesquisa de iniciação científica em curso de graduação, concluída no ano de 2022 com financiamento de uma bolsa por doze meses pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Configurou-se como projeto de pesquisa básica multidisciplinar, que envolve temáticas próprias das Ciências Sociais e Humanidades, notadamente Direito, Educação e Sistema Prisional, caracterizando-se como uma metapesquisa, com abordagem exploratória, tendo como objetivo geral identificar, por meio de revisão bibliográfica e documental, as produções acadêmicas entre os anos de 2010 e 2020 e o cenário da pesquisa em torno das políticas públicas de educação em prisões no Brasil. Voltou-se a levantar a produção do conhecimento acerca da efetividade do direito à educação no sistema prisional brasileiro tomando como marco as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de sua Câmara de Educação Básica (CEB), através da Resolução CNE/CEB nº 2/2010. Metodologicamente, apoiou-se no levantamento de produções em repositórios (o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e a Biblioteca Eletrônica Científica Online SciELO Brasil) por meio da busca por descritores, tais como: educação em prisões, educação nas prisões e educação no sistema prisional. No período analisado, foi possível identificar um conjunto de produções interdisciplinares acerca do tema, entre as quais foram encontrados fenômenos dinâmicos na produção sobre o tema - como o crescente número de obras que abordam a temática associada às mulheres presas a partir de 2016 e um crescente investigar de temas relativos à subjetividade e representações sociais das pessoas presas. Como resultados, foram obtidos 101 achados de teses e dissertações, contendo ocorrência de 13 resultados comuns em ambos os acervos, ou seja, uma totalidade de 88 teses e dissertações. Os resultados foram separados e catalogados por ano de publicação. Quanto à totalização das produções — teses, dissertações e artigos científicos —, foi possível observar algumas especificidades: de 2010 até o ano de 2014, a produção científica se manteve numa constante, mas de 2015 em diante houve um aumento significativo de produções envolvendo a temática da Educação associada ao Sistema Prisional, tendo um pico em 2016. Foi possível observar também, não específico do ano, mas como marco de mudança, a partir do ano de 2016, algumas produções colocaram as penitenciárias femininas como foco, as mulheres presas como destaque, o que demonstra uma mudança de paradigma do sistema de produção científica, em vista a generalidade dada ao tema, posto que a realidade "entre grades" (SILVA, 2017) é muito diversa. As temáticas abordadas envolvem majoritariamente a relação

[1] Docente na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Doutora e Mestra em Educação, especialista em Direitos Humanos. Advogada e Pedagoga. E-mail: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br.

[2] Graduando em Direito pela UFSB. Bacharel Interdisciplinar em Humanidades. E-mail: ufsb.vinicius@gmail.com.

entre teoria e prática, fazendo, por exemplo, análises entre o que está posto ou prescrito na legislação, entre o que é dito, e a realidade instituída.

Palavras-chave: Prisão. Direito à educação. Metapesquisa.

EDUCAÇÃO CARCERÁRIA SOB A ÓTICA DA THERAPEUTIC JURISPRUDENCE: DO DIREITO EDUCATIVO ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS (ANTI)TERAPÊUTICAS NO SISTEMA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

Daniel Pulcherio Fensterseifer[1]

Resumo
O presente trabalho busca investigar as políticas e práticas educativas dentro do sistema penitenciário gaúcho e como oferecer uma perspectiva diferente que possa trazer resultados mais satisfatórios. A educação para pessoas privadas de liberdade será estudada não como um elemento constitutivo da pena, mas como uma ferramenta capaz de minimizar as agruras do cárcere, encontrando espaço nas brechas da totalidade dos estabelecimentos penais. Entende-se que a educação carcerária pode ser vista como uma ferramenta terapêutica - do ponto de vista da *Therapeutic Jurisprudence* - de forma que pode contribuir de forma positiva com o preso, sem que isso represente uma defesa do sistema falido que constitui a pena de prisão. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória, de campo, bibliográfica e documental a ser realizada em estabelecimentos prisionais que se encontrem na 4ª. Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, mediante a aplicação de questionários para presos e policiais penitenciários. A análise dos dados será feita por meio da hermenêutica-dialética. A partir desta pesquisa, espera-se verificar como a educação carcerária vem sendo trabalhada no sistema prisional do Rio Grande do Sul, de modo que poderá contribuir para a capacitação intelectual e profissional das pessoas presas, bem como reduzir a criminalidade, buscando fortalecer as boas práticas e sugerir o aperfeiçoamento daquelas que podem ser melhoradas.

Palavras-chave: Educação. Presos. Políticas Educacionais. Direito Educativo. *Therapeutic Jurisprudence.*

[1] Doutor em Ciências Criminais. Professor do PPGEDU e do curso de Direito da URI/FW. e-mail: danielpulcherio@uri.edu.br.

EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI PRIVADOS DE LIBERDADE NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO EM RONDONÓPOLIS-MT

Vanuza Gomes Lima Machado[1]

Daniel Pulcherio Fensterseifer[2]

Resumo

Este artigo tem como propósito construir um entendimento fundamentado a respeito das dimensões que envolvem as políticas públicas educacionais, particularmente em relação às tratativas sobre a socioeducação e às práticas socioeducativas com o status de política pública, tendo por embasamento a Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016, que define as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Nesse sentido, pretende responder a seguinte questão problema: Quais os desafios enfrentados no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Rondonópolis-MT para implementar as políticas públicas educacionais à adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade? A importância e a complexidade do tema perpassam a abordagem dos direitos à educação, na medida em que a nação brasileira, enquanto Estado Democrático de Direito, assumiu a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos. Em particular, dá ênfase à pessoa em fase peculiar de desenvolvimento, ou seja, a criança e o adolescente. Em harmonia com a questão problema, o objetivo geral é identificar os desafios enfrentados no Centro de Atendimento Socioeducativo de Rondonópolis-MT para implementar as políticas públicas educacionais dirigidas à adolescentes em conflito com a lei, privados de liberdade. Como objetivos específicos pretende-se identificar que tipo de atividades educativas são propostas; analisar as condições de infraestrutura para a implementação das atividades educacionais; estudar as políticas educacionais para adolescentes privados de liberdade no Estado do Mato Grosso; identificar se o CASE dispõe dos recursos humanos necessários. Diante disso, esta pesquisa em elaboração, ainda sem coleta de dados, pode ser classificada como qualitativa, exploratória, de campo, bibliográfica e documental. Como resultado, espera-se identificar as condições em que são implementadas as políticas educacionais no ambiente da investigação.

Palavras-chave: Educação prisional**.** Adolescente em conflito com a lei. Medida socioeducativa.

[1] Graduada em Administração. Especialista em Gestão Estratégica de empresa e Metodologia do Ensino Superior. Coordenadora de Desenvolvimento Educacional e Mestranda em Educação no PPG em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -URI-FW. e-mail: vanuzamachado@secitec.mt.gov.br.

[2] Doutor em Ciências Criminais. Professor do PPG em Educação e do curso de Direito da Uri. e-mail: danielpulcherio@uri.edu.br.

GT6

EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: QUESTÕES EMERGENTES

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: MATERIAL DIDÁTICO PARA ABORDAGEM DE CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Carlise Diell[1]

Resumo
No âmbito dos estudos sobre a Educação Infantil, esta dissertação tem como tema central a Base Nacional Comum Curricular e desenvolvimento da criança com enfoque no material didático para abordagem de Campos de Experiência na primeira infância. O objetivo da pesquisa é propor materiais didáticos que desenvolvam as habilidades e competências necessárias na primeira infância, propondo um novo olhar para a educação infantil. Esse olhar atenta para os materiais didáticos concebidos como formas de organização pautadas em vivências das crianças. Para desenvolver o estudo, os procedimentos metodológicos consistem em uma abordagem qualitativa direcionada na produção bibliográfica e documental, tendo a BNCC-EI (2017) como política educacional base do estudo. A pesquisa procurou investigar diferentes documentos disponíveis, para aprofundar a fundamentação teórica, por meio da análise de conteúdo dos Campos de Experiências. Como forma de sustentação das discussões, foram usadas as legislações específicas para educação infantil e as contribuições dos estudos de Borba (2006), Cunha (2007), Dewey (2010), Friedman (2009), Kramer (1997), Minayo (2002), Rizzo (2003), Sarmento (2004), Vigotski (2010), entre outros estudiosos. Como resultados centrais da pesquisa, destacam-se: a importância de buscar uma concepção de infância que favoreça e oportunize o direito integral do desenvolvimento da criança; a importância do brincar como um processo fundamental no desenvolvimento da identidade e autonomia, desenvolvendo suas capacidades de imaginação, atenção, imitação e socialização e a implementação de materiais didáticos associados ao contexto social e educativo das crianças, promovendo o conhecimento de forma lúdica e atrativa e respeitando as faixas etárias propostas na BNCC. A investigação mostra que os Campos de Experiência propostos na BNCC propõem a inserção das crianças nas práticas sociais e culturais, provendo aprendizados e vivências significativas. Ainda sinaliza que a seleção de materiais didáticos para o planejamento das interações deverá dar ênfase a brincadeiras que favoreçam uma reflexão e a construção de contextos formativos, ofertando a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Educação infantil. BNCC. Campos de experiência. Material didático.

[1] Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Pedagoga formada pela UCEFF. E-mail: dillcarlise1985@gmail.com.

AS CONTRIBUIÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Iloene Pereira Passos Barberí[1]

Resumo
A Educação Infantil (EI) tem sido objeto de estudos, pela necessidade de adaptações e criação de novas políticas em virtude das transformações que ocorreram e ocorrem na sociedade por todo o mundo. E como tudo, a Educação também deve acompanhar as transformações, buscando oferecer sempre o que há de melhor para formar alunos capazes de atuar criticamente na sociedade. Com base nos documentos que regem a EI, interessa aprofundar o conhecimento sobre o histórico da EI, no que se refere às contribuições da Base Nacional Comum (BNCC) para a EI. O estudo é importante por discutir as possibilidades de mudanças para a melhoria da qualidade da Educação Infantil. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, com análise de documentos coletados pelo método de busca com uso de combinação de descritores, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O Estado do Conhecimento constituiu-se de treze publicações, todas elas constituíram estudo de metodologia qualitativa, sendo a maioria oriundas de universidades públicas (69%), defendidas nos anos de 2019 (31%) e 2021 (31%), trabalhos bem recentes. Destaca-se o estudo de Natália Almeida Ghidini (2020), que investigou os campos de experiência na BNCC e suas implicações na construção de um currículo para a educação infantil, com o objetivo de analisar as potencialidades e possibilidades dos Campos de Experiência na garantia dos direitos de aprendizagem das crianças na educação infantil. A pesquisadora analisou produções bibliográficas e documental (BNCC e BNCC-EI e as Diretrizes que tratam da educação infantil). As principais referências foram: Agostinho (2014); Sarmento (2004, 2008, 2011, 2013, 2015); Marchi (2010); Dewey (1959, 1976, 2002); Aranha (2006); Finco (2015) e Fochi (2015). Ghidini (2020) concluiu que a BNCC-EI apresenta uma orientação para as propostas da educação infantil que, condicionadas à compreensão de infância, de experiência e de um currículo articulado com os potenciais do cotidiano da escola, podem garantir os direitos das crianças pequenas. O resultado da pesquisa que constituiu o Estado do Conhecimento mostrou que a quantidade de publicações selecionadas bem como a abordagem de cada uma e seus resultados, foram ao encontro do que ensina MOROSINI (2014) sobre a importância do estado de arte, que é fazer com que o pesquisador busque o que se tem produzido no seu campo disciplinar, de modo mais específico, que pode contribuir como fonte de sua pesquisa. Concluiu-se que esse procedimento muito auxilia na ruptura ou ampliação de conceitos e pré-conceitos sobre o assunto que se aborda, pelos indicadores que tornam possível esse entendimento, como: as palavras-chaves utilizadas nas buscas, tipos de estudo e os outros condicionantes que utilizamos até chegarmos às treze publicações, como explicitou MOROSINI (2014). Constatou-se que a BNCC fortaleceu o atendimento na Educação Infantil com as mudanças propostas em relação aos cuidados e construção de conhecimentos a serem ofertados para essa fase da educação com objetivo de melhorá-la.

Palavras-chave: BNCC. Contribuições. Educação infantil.

[1] Graduada em Licenciatura Plena em Matemática; mestranda em Educação do PPGEDU. Professora nas redes de ensino municipal e estadual em Rondonópolis-MT. E-mail: illoenne@hotmail.com

ERA UMA VEZ... NUANCES DA TEORIA NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CHAPECÓ

Joce Daiane Borilli Possa[1]

Resumo
Diante das mudanças promovidas pela implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, emergem inúmeras discussões acerca da necessidade de rever a organização e as práticas pedagógicas das instituições de Educação Infantil brasileiras. A BNCC nos convida a colocar a experiência no centro do planejamento e uma prática pautada na criança como foco. Outro destaque versa sobre a valorização da ação das crianças e dos professores como protagonistas na construção do conhecimento. Neste contexto, o objetivo deste estudo circunscreve-se na coletânea de reflexões sobre as mudanças ocorridas nas práticas pedagógicas de uma instituição de Educação Infantil a partir da implementação da BNCC. Como caminho metodológico, utilizou-se o estudo bibliográfico aliado ao diário de campo com observações da autora. Os resultados destacam que as mudanças ocorridas nas práticas docentes marcam a urgência da adoção de posturas pedagógicas pautadas na perspectiva de educação participativa, aliada a contextos de aprendizagem mais significativos para as crianças. As considerações resultantes das reflexões alinham-se à necessidade de formação docente constante além de diálogo reflexivo e crítico sobre as práticas cotidianas como forma de desconstruir práticas pedagógicas naturalizadas historicamente. Tais considerações evidenciam ainda a necessidade de reorganização dos espaços físicos das instituições para garantir o respeito à(s) infância(s), aos direitos de aprendizagem e ao protagonismo infantil. As materialidades coletadas estão organizadas no formato de livro que discorre acerca das transformações ocorridas na estrutura física, na dinâmica metodológica, na proposta de formação em contexto, bem como nas práticas docentes de uma instituição piloto do município de Chapecó.

Palavras-chave: Educação Infantil. BNCC. Formação docente.

[1] Mestra em Educação (UNOCHAPECÓ). Professora da rede municipal de Chapecó. Professora convidada no curso de Pedagogia da UCEFF. E-mail: joceborilli@gmail.com

SABERES DA DOCÊNCIA: ESPECIFICIDADES IDENTITÁRIAS DAS PROFESSORAS DE CRIANÇAS BEM PEQUENAS DE ESCOLAS INFANTIS DO PROINFÂNCIA DE FREDERICO WESTPHALEN E REGIÃO

Natana Fussinger[1]

Jordana Wruck Timm[2]

Resumo

Este trabalho é resultado da pesquisa de dissertação de mestrado e objetivou indiciar os saberes específicos presentes nos discursos das professoras de crianças bem pequenas de escolas infantis do Proinfância de Frederico Westphalen e região. A docência na educação infantil marca a atuação das professoras na primeira etapa da educação básica e requer a compreensão dos saberes que estão envoltos na prática pedagógica. O estudo qualitativo teve como uma das etapas a pesquisa de campo e a técnica utilizada para o levantamento de dados foi o grupo focal e entrevistas semiestruturadas. O método utilizado para a análise dos dados produzidos foi análise de conteúdo. A pesquisa teve como sujeitos 6 professoras da educação infantil que atuam com crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses de idade) em escolas infantis do Proinfância, em seis municípios que abrangem Frederico Westphalen e região. O estudo realizado permite concluir que os saberes da docência das professoras de crianças bem pequenas são plurais e categorizaram-se em: saberes disciplinares, saberes experienciais, saberes pedagógicos e saberes curriculares. Os saberes versam sobre: saberes oriundos da pedagogia; binômio cuidar e educar; jogos, ludicidade, interações e brincadeiras; afetividade e emoções; concepção de criança; psicologia do desenvolvimento humano; documentos orientadores - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010), Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e Projeto Político Pedagógico (PPP); rotinas, organização dos ambientes; acolhimento e adaptação; olhar sensível e escuta ativa; importância da relação família e escola, e por fim, criatividade. A pesquisa indiciou saberes da docência que contribuem para a qualificação da formação docente inicial e continuada, contudo, abre espaço para que novas pesquisas possam ampliar a gama de saberes que a docência na educação infantil requer, constituindo assim, maior especificidade para as novas políticas públicas e documentos orientadores.

Palavras-chave: Formação de professoras. Identidade docente. Saberes da docência na Educação Infantil.

[1]Mestra em Educação (URI/FW). Professora de Educação Infantil. E-mail: natanafussinger@hotmail.com.

[2] Doutora em Educação (PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. URI. E-mail: jordana@uri.edu.br.

GT 7

A PESQUISA EM EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO (PÓS)PANDÊMICO

A FORMAÇÃO CONTINUADA: ESPAÇO DE FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ana Paula Alves Souza[1]

Flávio Penteado de Souza[2]

Patrícia Catharino[3]

Resumo

O presente trabalho busca apresentar experiência de formação continuada como espaço de fortalecimento de boas práticas pedagógicas. Para tanto, é necessário que os professores tenham oportunidades de se constituir em seu contexto de trabalho e aplicar efetivamente esse aprendizado. Os sujeitos participantes dessa formação continuada foram docentes que atuam nos anos iniciais 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental em escolas da rede estadual de ensino no Norte de Mato Grosso, polo DRE/Matupá-MT. Nesse sentido, a formação continuada possibilita aprendizado contínuo no exercício profissional docente, a fim de que essas práticas de ensino sejam ressignificadas de modo a melhorar o ensino-aprendizagem dos estudantes. Sendo assim, o objetivo da formação primou por contribuir com foco no planejamento e elaboração de Roteiro de Aprendizagem com planos de intervenção, priorizando o uso de metodologias ativas, recursos tecnológicos digitais que contemplem o desenvolvimento das habilidades fragilizadas apresentadas em diagnósticos avaliativos. Os encontros formativos foram realizados de modo remoto on-line síncrono e assíncrono com atividades complementares. Durante os encontros, discutimos as habilidades da (BNCC) que se apresentaram frágeis nas avaliações externas, articulamos as possibilidades no fortalecimento do planejamento pedagógico, metodologias ativas, a organização da rotina escolar como espaço de aprendizagem dentre outros assuntos. Assim sendo, acreditamos que os resultados foram satisfatórios, pois os docentes puderam refletir sobre suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Formação Continuada. Ensino aprendizagem. Plano de intervenção. Metodologia ativa. Prática pedagógica.

[1] Mestranda no PPGLetras (UNEMAT), Especialista em Linguísta e Alfabetização (UNEMAT). Professora Formadora da Área da Alfabetização no polo da DRE/Matupá - MT. paula.souza@unemat.br.

[2] Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PPGAS (UFMS). Especialista em Ensino Aprendizagem de Línguas Adicionais para Crianças pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UNEMAT). Professor da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: flavio.penteado@unemat.br.

[3] Especialista em Psicopedagogia pela faculdade UNIFLOR, Especialista em Educação Especial pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Graduada em Psicologia pela UNIC e em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Professora da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: patycatharinomota@gmail.com.

ARTICULADOR DA APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Angélica Miranda Matos[1]

Resumo
O tema deste estudo é o atendimento do articulador da aprendizagem, e o trabalho tem como objetivo apresentar as publicações que investigaram o papel do articulador da aprendizagem de matemática nas séries finais do ensino fundamental. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com análise de documentos; a fonte de dados foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para a coleta, foram elaboradas quatro combinações de palavras-chaves. Ao todo foram encontradas oitenta e seis publicações, que, após a análise de seus títulos, selecionaram-se apenas seis, todas dissertações: quatro de Mestrado em Educação, uma de Mestrado em Educação Matemática e um de Mestrado Profissional em Educação - formação de formadores; cinco oriundas de universidades públicas. Concluiu-se que os estudos selecionados evidenciam um movimento muito lento ainda no sentido do espaço e das propostas de desenvolvimento do trabalho do professor articulador da aprendizagem de Matemática, deixando essas lacunas, principalmente porque sua função não é o reforço escolar, mas sim, o desenvolvimento de metodologias diferentes das utilizadas em sala de aula, as quais os alunos sentem dificuldades em aprender. São poucos os estudos sobre o articulador da aprendizagem de matemática, havendo a necessidade de ampliá-los. O campo a ser explorado é vasto.

Palavras-chave: Articulador da aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Matemática.

[1] Graduação em Licenciatura Plena em Matemática. Professora efetiva de Matemática e Articuladora Pedagógica de Matemática na rede estadual de ensino em Rondonópolis – MT. E-mail: profangelicamm@gmail.com

O ENSINO DE HISTÓRIA E A (DES)MOTIVAÇÃO DISCENTE NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE NOVA MUTUM/MT

Fernando Rangel Pinto Barros[1]

Resumo
Este artigo objetiva refletir sobre os motivos que levam o discente da educação básica nos anos finais do ensino fundamental a ter o desinteresse e desmotivação no estudo da disciplina em História, bem como, entender as interações estabelecidas entre aluno e o conhecimento na área de História, possibilitando este ter uma maior aproximação e interesse em seu comportamento com a disciplina. Por meio de uma revisão de literatura, ou das fontes, com os teóricos em ciência da educação, constata-se que através da motivação, o aluno pode encontrar múltiplas razões para aprender, melhorar e se interessar nas aulas de História e, assim, descobrir e rentabilizar e potencializar suas competências no ambiente escolar. Diante disso, faz uma reflexão sobre o ponto de vista que o leva a não se interessar e/ou ficar desmotivado nas aulas de História, pois se constitui um estudo bastante relevante e um grande desfio pessoal e para o ensino de História. Diante desta perspectiva, há três grandes ponderações a ser descrito, em primeiro esta pesquisa tratar de um estudo que contribuirá para o aperfeiçoamento profissional, que possibilitará uma reflexão importante sobre atuação enquanto professor de História do ensino básico da rede pública estadual. Em segundo, trata-se de um estudo pertinente ao meio acadêmico, visto que abrange vários estudos realizados especificamente por pesquisadores do ensino de História, podendo contribuir para novas práticas pedagógicas dentro do campo da educação, e por último é considerada uma pesquisa relevante por ser um estudo que analisa a realidade do ensino de História, e trará grande contribuição para futuras pesquisas em História.

Palavras-chave: Ensino. História. Educação Básica. (Des)Motivação. Discente.

[1] Graduado em licenciatura plena em História pela UVA(universidade estadual do Vale do Acaraú). Pós-graduado em Antropologia social pela UNIBF(lato sensu). Mestrando em ciêncoa da educação pela URI-Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Frederico Westphalen. E-mail: profrangelbarros@gmail.com.

IDENTIDADES DOCENTES NA MODERNIDADE TARDIA

Giovana Boicko Poli[1]

Resumo
O texto aborda as crises das identidades na modernidade tardia, com foco na identidade docente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com objetivo de caracterizar as principais transformações sociais em curso no século XXI, que modificaram as condições de construção da identidade docente. Em termos teóricos, adota-se a perspectiva nominalista de análise da identidade, segundo a qual a identidade é dinâmica e é reconstruída através da interação do sujeito com o meio no qual a pessoa está inserida. Constata-se que, na modernidade tardia, as demandas sociais de educação, assim como o perfil do público atendido pelos professores, transformaram-se profundamente, tornando-se mais complexas e desafiadoras. Nessas transformações, incluem-se a instituição familiar e a entrada da mulher no mercado de trabalho, que geraram mudanças no papel da escola e do professor. Essas mudanças, contudo, não são simples e trazem muitas dúvidas e incertezas aos docentes, em seu cotidiano. Ao mesmo tempo, as condições concretas para o desempenho da função docente pouco se modificaram. Nessas condições surgiu o que a literatura define como mal-estar docente que interfere tanto no desempenho quanto no bem-estar destes profissionais. Nesse cenário, o exercício da docência tornou-se muito complexo e está a exigir uma reconstrução de sua identidade. Essa reconstrução se deve também ao desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais que transformou o modo de produzir, de consumir e de viver. Essas transformações afetaram profundamente o processo de educação e, particularmente, o exercício da docência. É nesse contexto que os professores estão reconstruindo a sua identidade profissional. Em meio a essa realidade tão desafiadora, impelidos pelas novas demandas sociais de educação, na lógica da performatividade e pressionados pelos problemas que vivenciam no cotidiano escolar (desinteresse dos estudantes, relações conflituosas, indisciplina, dentre outros), os professores, necessariamente, precisam produzir novas respostas e reinventar a própria forma de viver e de fazer a docência. Compreender as características e os fundamentos sociais e políticos desse novo momento é, sem dúvida, um ponto de partida necessário. Essa é, aliás, uma das razões que justificam este estudo, dada a importância de pesquisas para compreensão do que está acontecendo no universo escolar e seus desdobramentos. Por fim, acredita-se que os elementos reunidos neste estudo podem oferecer contribuições para a compreensão das condições de exercício da docência na contemporaneidade.

Palavras-chave: Identidade. Identidade docente. Crises identitárias. Modernidade tardia.

[1] Doutoranda em educação (URI – Frederico Westphalen). Professora educação básica. E-mail: giovanaboicko@yahoo.com.br.

AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom[1]

Resumo
O retorno às atividades presenciais após dois anos de pandemia continua gerando debates na área da Educação. O processo ensino-aprendizagem é um dos temas que necessita de uma análise crítica mais contextualizada, pois pesquisas apontam que o distanciamento social alinhado às aulas remotas deixou muitas lacunas, que demarcam a emergência de refletir sobre as consequências desse período, bem como sobre as possibilidades de recuperação do conhecimento perdido/defasados. Destaca-se que as expectativas para o pós-pandemia eram muitas. Todos os atores desse processo esperavam mudanças diversas e significativas, essencialmente no que se refere à essência do processo de ensinar e aprender. Contudo, infelizmente ficou evidente que o retorno ao presencial trouxe de volta velhas práticas, que a pandemia deixou muitos prejuízos ao processo ensino e aprendizagem e que a escola tem dificuldades de lidar com alunos mais vulneráveis e com dificuldades de aprendizagem. Nessa linha, tem-se como objetivo principal deste resumo analisar as relações pedagógicas e as consequências da pandemia no processo ensino-aprendizagem dos alunos, essencialmente os que se encontram em vulnerabilidade social. Este é, portanto, um estudo analítico de dados primários, realizados com base em observação direta das atividades desempenhadas no dia a dia dos estudantes do Instituto Federal de Educação Ciência e Educação de Santa Catarina (IFSC), bem como pelos diálogos com docentes e discentes no decorrer da pandemia, entre 2020 e 2022. Os principais resultados apontam que: 1) A pandemia escancarou a existência de barreiras que excluem discentes do processo de produção do conhecimento; 2) A falta de políticas públicas adequadas à educação e ao apoio social das famílias prejudicou o processo de ensino-aprendizagem de muitos estudantes que não conseguiram acompanhar as unidades curriculares oferecidas pelas instituições escolares, e acabaram por abandonar seus estudos; 3) Esse período evidenciou a existência de um abismo entre o que a legislação apregoa e a prática pedagógica das instituições de educação; 4) Sabemos que a educação tem uma importante dimensão social, mas a existência de métodos educacionais tradicionais excluem grupos vulneráveis; 5) O ensino híbrido e as tecnologias digitais passaram a fazer parte do processo ensino e aprendizagem; 6) A pedagogia social deveria ajudar na inclusão dos estudantes e na promoção de um ensino democrático e participativo para todos, mas isso não se realizou. Neste viés, o processo pandêmico impulsionou a necessidade de construção de um novo processo de educação alinhado à prerrogativa de romper possíveis barreiras sociais, tecnológicas e pedagógicas para o aprendizado, e capacidade de empoderar todos os cidadãos para os enfrentamentos que o mundo globalizado exige. Notamos que, infelizmente, durante a pandemia, estudantes desprovidos de muitos recursos (educativos, econômicos, sociais), foram os mais impactados e prejudicados e a escola pouco conseguiu fazer por eles. Se por um lado as escolas, nas palavras de Teixeira (1991), foram criadas para perpetuar as sociedades de classes, por outro, Freire (1996) afirma que a educação deve ser transformadora, emancipadora e inclusiva. Atender, pois, as aspirações das classes menos favorecidas passam pela criação de sentido do processo educativo a partir das relações humanas.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino-aprendizagem. Pandemia.

[1] Doutoranda/URI. Pedagoga/IFSC. e-mail: jacinta.marcom@ifsc.edu.br.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NA EMERGÊNCIA DO CONTEMPORÂNEO

Laryssa Luana de Andrade[1]

Arnaldo Nogaro[2]

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, com o objetivo de problematizar a formação inicial e formação continuada no contexto histórico e rever aspectos relativos à emergência desta problemática no cenário contemporâneo. Para a realização da investigação, utilizamos fontes como livros e periódicos. Recorremos a autores como Pimenta, Anastasiou (2002), Nóvoa (2017), Marcelo (2009), Gatti (2019), Garcia (1999), entre outros. Se pensarmos na formação de professores no Brasil, podemos retroceder à nossa gênese como país onde encontraremos vestígios de uma história de idas e vindas sem uma definição clara de uma política de formação e de valorização destes profissionais. No decorrer das últimas décadas, pode-se constatar muitas mudanças drásticas no que tange à formação inicial de professores de natureza legal e outras oriundas das transformações do mundo da vida, representado pela inserção das tecnologias digitais no cotidiano, pela crescente produção do conhecimento e pela centralidade que a educação passa a ocupar enquanto ferramenta de inserção e promoção social. Ao mesmo tempo em que o texto reflete sobre a formação dos docentes, precisamos levar em contas as políticas educacionais destinadas a estas modalidades. O texto considera, também, as relações estabelecidas entre a construção da identidade docente e em como ela está implicada na formação, e por que o processo de desvalorização das licenciaturas em curso tem se tornando cada dia mais recorrente, expondo a falta de perspectiva para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social nos quais o professor tem papel imprescindível. Os resultados são desafiadores, pensando na emergência de formações preocupadas com a atual situação educacional em que vivemos. Espera-se, por meio da qualificação das concepções públicas e da atividade didática do professor, obter melhorias no sistema educacional brasileiro, assim como melhorar os efeitos dos docentes enquanto profissionais.

Palavras-chave: Formação inicial. Formação continuada. Cenário contemporâneo.

[1] Licenciada em Educação Física e História. Mestranda em Educação PPGEDU URI Frederico Westphalen-RS. E-mail: laryssadeandrade07@gmail.com.

[2] Doutor em Educação - UFRGS. Professor do PPGEDU URI. E-mail: narnaldo@uricer.edu.br.

MOVIMENTAÇÕES DOCENTES A PARTIR DA ARTE INDÍGENA E DA ARTE AFRO-BRASILEIRA: EXPERIMENTAÇÕES PEDAGÓGICAS VIVIDAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NÚCLEO ARTE DA UFPEL

Maria Joana Mayer de Mattos[1]

Resumo

O presente resumo tem por intuito relatar as experimentações pedagógicas desenvolvidas na disciplina de Artes Visuais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bruno Chaves, escola localizada na zona rural de Pelotas/RS, como bolsista residente do Programa Residência Pedagógica Núcleo Arte da Universidade Federal de Pelotas (RP Núcleo Arte/UFPel) durante o 1° trimestre letivo de 2022. Ressalta-se que o RP- Núcleo Arte/UFPel aconteceu no período de novembro de 2020 a abril de 2022, a partir de uma proposta interdisciplinar desenvolvida com estudantes dos cursos de Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, objetivando um processo de formação docente com experiências teórico-práticas na sala de aula de três escolas públicas de Pelotas por meio do ensino remoto durante a pandemia do COVID-19 e posteriormente de modo presencial. A residência na escola se iniciou em período pandêmico. No ano de 2021, as aulas foram ministradas de forma remota através do celular pelo aplicativo do WhatsApp. Intencionalmente, no percurso de todo o projeto, as aulas de Artes Visuais foram completamente alicerçadas na produção de artistas afro-brasileiros/afro-brasileiras e indígenas. Neste trabalho, opto por trazer as reflexões referentes às aulas que ocorreram de modo presencial durante o primeiro trimestre de 2022 com a turma do 3° ano do fundamental, ancoradas em referências artísticas de mulheres indígenas e afro-brasileiras. Como fundamentação teórica trago a professora e escritora feminista Bell Hooks (2019), a pesquisadora e professora Nelma Barbosa (2020) e a pedagoga e pesquisadora Nilma Lino Gomes (2012). Apoiada nas habilidades exigidas pelo Documento Orientador Municipal de Pelotas (DOM), metodologicamente, no decorrer das aulas de artes visuais, com a turma do 3° ano, elaborei estudos e práticas que buscaram incentivar as/os estudantes a se colocarem como protagonistas e a pensarem sobre si. Por exemplo, a partir das obras da artista afro-brasileira Renata Felinto a turma foi convidada a compor seu próprio autorretrato. Na aula seguinte, as/os discentes estudaram a linha na composição visual diante da imagem de retratos de mulheres de diversos fenótipos. Na aula posterior baseada nas colagens da artista contemporânea indígena Mavi Moraes de origem Kariri-Sapuyá, foi proposto que a turma construísse seu próprio universo favorito através da colagem. Como resultado, percebe-se que se amparar na arte contemporânea afro-brasileira e indígena oportunizou que as aulas de artes expandissem e incluíssem um repertório imagético e narrativo mais próximo da realidade brasileira e ampliassem as possibilidades de existências. Considera-se que o Programa Residência Pedagógica Núcleo Arte da UFPel proporcionou a nós, graduandos dos cursos de licenciatura, experimentar e vivenciar práticas pedagógicas participando de forma efetiva na realidade escolar diária.

Palavras-chave: Residência pedagógica. Arte educação. Arte indígena e afro-brasileira.

[1] Graduanda no curso de Artes Visuais – Licenciatura UFPEL. Entre o período de 2020 a 20221 foi residente RP-UFPel Núcleo Artes. E-mail: joanamayer1@hotmail.com.

O PROTAGONISMO DO PROFESSOR ORIENTADOR DE CONVIVÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Suelen Bourscheid[1]

Resumo
O presente resumo apresenta e discute algumas reflexões sobre a importância do papel do Professor Orientador de Convivência para atuar em prol do protagonismo juvenil. Propõe perceber quão significativo é seu trabalho frente a sua atuação com alunos do ensino médio. Por atuar diretamente com os jovens e adolescentes, uma de suas atribuições é trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades visualizadas no cenário da escola, promovendo condições que favoreçam o pleno desenvolvimento dos educandos. Nesse sentido, o objetivo principal se concentra em analisar como as oficinas pedagógicas baseadas em situações do cotidiano impactam no desenvolvimento dos educandos. As oficinas pedagógicas proporcionam a construção de um conhecimento por meio de uma prática ou vivência. Se constitui no ato de fazer, construir e analisar conceitos, experiências, problemas e encará-los. Com relação a tal, cita-se o exemplo da oficina "Bullying não é brincadeira: é coisa séria de verdade!" oportunizada para os alunos do ensino médio ao encargo do Professor Orientador de Convivência. Nessa partilha, diversas questões foram levantadas, o conceito do Bullying, consequências, malefícios tanto para quem sofre Bullying, para quem o pratica quanto para quem o vivencia. Também, um momento de entrega, de total empatia e respeito, na qual por intermédio de uma música calma e instrumental, relataram em uma carta para si mesmo, tudo aquilo que vivenciaram em relação ao Bullying, depositando nessa carta todo o sentimento ruim que carregam. Com o auxílio do "pote do desapego", essas cartas foram queimadas. O propósito de queimar a carta é um processo terapêutico que ajuda a desapegar desses sentimentos, deixá-los ir para que novos sentimentos e compromissos de respeito e empatia possam surgir e se consolidar. É possível perceber a entrega dos estudantes, tanto na escuta em aceitar os elementos abordados quanto na participação da atividade, experienciando e transformando conexões a fim de consolidar novos aprendizados. A resiliência, empatia e o respeito foram peças fundamentais para o sucesso desse trabalho.

Palavras-chave: Orientador de Convivência. Protagonismo. Oficinas pedagógicas. Ensino Médio.

[1] Mestranda do curso de Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. E-mail: bourscheid_suelen@outlook.com.

LITERATURA E FORMAÇÃO DE LEITORES

Tereza Bins de Assis[1]

Resumo
Objetiva-se discutir sobre a literatura e a formação de leitores. A literatura é um instrumento de comunicação e de interação social, cumpre o papel de construir os conhecimentos e a cultura de uma comunidade, provocando reflexões e sensações no leitor. Está vinculada à sociedade em que se origina, assim como todo tipo de arte, pois o artista não consegue ser indiferente à realidade. A obra literária é resultado das relações dinâmicas entre escritor, público e sociedade, porque através de suas obras o artista transmite seus sentimentos e ideias do mundo, levando seu leitor à reflexão e até mesmo à mudança de posição perante a realidade, assim a literatura cumpre o papel de auxiliar no processo de transformação social. Durante muito tempo, para ensinar a ler e escrever pressupunha-se que a pessoa estivesse dotada das habilidades necessárias para viver em uma sociedade em evolução, mas, nas três últimas décadas, vem se discutindo que apenas ensinar a ler e escrever não dota o indivíduo das habilidades necessárias para o contexto social do momento. É preciso apresentar ao aluno um conjunto de atividades sociais que envolvem a linguagem, e de exigências sociais de uso da língua escrita. Nesse sentido, a literatura permite a exploração das potencialidades da linguagem, revelando-se uma prática fundamental para o desenvolvimento da leitura, escrita e do senso crítico. O assunto de uma obra literária, por vezes, repousa sobre condições sociais que é preciso compreender, a fim de penetrar no significado. A literatura também pode assumir formas de crítica à realidade circundante e de denúncia social, transformando-se em uma literatura engajada, servindo a uma causa político-ideológica. Além disso, é preciso analisar os elementos textuais que permitem uma conexão linguística e a amarração de ideias dentro de um texto, que bem utilizada, permite a eficiência na transmissão da mensagem ao interlocutor. Para a escola, cabe o papel de ensinar a língua, mas também mostrar a sensibilidade e a criatividade do autor expressa no texto, que pode provocar um mergulho na alma dos leitores.

Palavras-chave: Literatura. Leitor. Formação de leitores.

[1] Aluna do PPGEDU. Graduada em Letras. Professora da Educação Básica. E-mail: a103015@uri.edu.br.

GT 8

ESCOLA, JUVENTUDE E PROJETOS DE VIDA: O FUTURO NÃO ESTÁ ESCRITO!

PROJETO PROFISSIONAL DE VIDA DO(A) JOVEM (PPVJ): PROTAGONISMO E PERMANÊNCIA NO CAMPO

Lariane Fedrigo[1]

Resumo
Este trabalho busca contextualizar um dos instrumentos pedagógicos, o Projeto Profissional de Vida do(a) Jovem (PPVJ), que é o centro da Pedagogia da Alternância, que surgiu na França na década de 1930, promovendo processos de formação integral, com o objetivo de fomentar a permanência de adolescentes e jovens em suas propriedades rurais. Metodologicamente, a Pedagogia da Alternância organiza-se em ciclos alternados entre tempo-casa e tempo-escola, de modo a possibilitar ao estudante a vivência tanto no ambiente escolar quanto no espaço familiar e comunitário. O PPVJ, o qual visa a contribuir para a formação de um sujeito protagonista, que valorize o trabalho no campo e que seja capaz de encontrar soluções sustentáveis para o desenvolvimento de sua família e de sua comunidade. A questão central que orienta o trabalho é:o PPVJ oferecido pelas Casas Familiares Rurais, através da Pedagogia da Alternância, contribui para o desenvolvimento do protagonismo juvenil e da permanência no campo? Face a isso, tem como objetivo principal investigar as contribuições do PPVJ no desenvolvimento do protagonismo juvenil e da permanência do campo dos(as) jovens atendidos pelas Casas Familiares Rurais. Especificamente busca: a) conceituar o PPVJ, protagonismo juvenil e permanência do campo no âmbito da Pedagogia da Alternância b) descrever o processo de desenvolvimento do PPVJ no contexto das Casas Familiares Rurais e c) analisar as contribuições do PPVJ no desenvolvimento do protagonismo juvenil e da permanência no campo segundo as percepções dos(as) egressos(as) das Casas Familiares Rurais. De abordagem qualitativa, trata-se de um estudo de campo, que analisou as percepções dos(as) egressos(as) por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, acopladas com a pesquisa *bibliográfica*. Os dados analisados confirmam que o PPVJ, tem contribuído para a formação do(a) jovem tornando-se protagonistas de suas histórias. No desenvolvimento do PPVJ, o jovem é orientado a projetar e a transformar sua vida e a da sua família se autoconhecendo, buscando novas alternativas de desenvolvimento de um projeto viável.

Palavras-chave: Permanência no campo. Projeto profissional de Vida do(a) jovem (PPVJ). Protagonismo.

[1] Estudante do Curso de Mestrado em Educação da UNOCHAPECÓ. Professora/Coordenadora Pedagógica da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul, Escola Comunitária/ Privada. Grupo de Pesquisa SULEAR: Educação Intercultural e Pedagogias Decoloniais na América Latina (Unochapecó). Contato: lariane@unochapeco.edu.br.

MOCIDADE, MOCIDADE: AS ESCOLHAS SÃO ESCRITAS E A VIDA PASSA A SER UM PROJETO DE GENTE

Luis Pedro Hillesheim[1]

Resumo
O trabalho intitulado *Mocidade, mocidade, as escolhas são escritas e a vida passa a ser um projeto de gente* nos leva a compreender que o termo "mocidade" vem carregado de um significado de juventude, período entre a infância e a fase adulta, momento este que o sujeito busca identificar-se com o mundo, portanto, uma fase inerente ao seu espaço de vida, de estudos, de trabalho, de ser gente, povo. Quando buscamos a definição etimológica da palavra mocidade, deparamo-nos com um termo que inspira cuidado, resiliência, pois o moço e ou a moça que estão diante de muitos anos, a serem vividos, dialogados e de construção de seu espaço profissional, de vida e de gente, povo, precisa da escola, que escola? Que escola pode dar conta da mocidade? É aquela em que ele faz um projeto de vida, escrito no papel, com normas técnicas elogiadas e um discurso que busca amalgamar suas ideias, as da escola e o projeto de gente, povo? Cada hora que a mocidade deixa de pensar seu futuro e ou é impedida de fazê-lo, é um momento perdido de construir um futuro de gente, povo, portanto como escola temos uma função preponderante no desenvolvimento da sociedade, fruto de gente, de povo, de ex-mocidade, que vive, para produzir mocidade, um período de construção de identidade de vida, portanto projeto de vida. O que estamos dialogando aqui é que o projeto de vida de um moço e ou moça, precisa desenvolver o projeto de sociedade, não de vida individual, ele por si, como empresário de si, empreendedor de si, um sujeito deslocado, individualizado, o que falamos aqui é de um moço ou moça, desenvolve seu projeto profissional e de vida como sociedade, povo, portanto temos e estamos diante de um conceito de "projeto de gente, povo". Sintetizando a ideia é que a juventude possa em seus projetos de vida fazer escolhas de vida, escritas por eles e vividas por eles, mas com uma finalidade maior, ter um projeto de gente, povo.

Palavras-chave: Mocidade. Juventude. Projeto de vida. Gente.

[1] Doutor em Educação. Professor na Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW. E-mail: educadorluispedro@gmail.com.

ESCOLA, JUVENTUDES E PROJETOS DE VIDA: OPORTUNIDADES E IMPASSES

Mônica Tessaro[1]

Juceli Baldissera Felckilcker[2]

Maria Teresa Ceron Trevisol[3]

Resumo

De acordo com os dados divulgados pela Associação Brasileira de Estágios, o Brasil possui atualmente 8.758.237 alunos matriculados no ensino médio e técnico em instituições públicas e privadas. Trata-se de um momento marcado por muitas transformações, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Visando a contribuir com o debate sobre as juventudes e a escola, objetiva-se analisar os sentidos da escola na estruturação dos projetos de vida dos jovens. Com propósito de embasar esta análise, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, em trabalhos revisados por pares, indexados nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES, no recorte temporal 2011-2021. Inicialmente foram localizados 46 trabalhos, a partir do uso dos seguintes descritores: Escola e Juventude e Projetos de Vida. Utilizando-se de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 12 trabalhos acadêmicos, os quais constituem a amostra deste estudo. Do processo analítico a partir das indicações da Análise de Conteúdo, emergiram duas categorias temáticas, a saber: i) categoria oportunidades, formada pelas seguintes unidades de registro: sociabilidade; independência e, autonomia; ii) categoria impasses, composta pelas seguintes unidades de registro: infraestrutura, desigualdade e, falta de oportunidades. Os dados parciais apontam o seguinte: que as oportunidades criadas *na* e *pela* escola auxiliam a estruturação do projeto de vida dos jovens, nesse sentido, destaca-se prioritariamente a dimensão da sociabilidade que ocorre entre pares. E, ainda, as dimensões independência e autonomia, estão ligadas à capacidade individual dos jovens em alcançar seus objetivos, relaciona-se aqui à noção de progresso, ligada à concepção moderna de projeto de vida, ou seja, à lógica capitalista. No que tange à segunda categoria, os impasses enfrentados pelos jovens para a construção de seus projetos de vida estão relacionados, primeiro, à infraestrutura do ambiente educacional, ou seja, à falta de manutenção de laboratórios, bibliotecas e áreas de lazer, limitam a experiência de convivência e desenvolvimento de muitos jovens, principalmente, os oriundos das camadas populares. Nesse sentido, destaca-se a desigualdade de acesso a uma educação de qualidade, cuja ressonância é a falta de oportunidade de os jovens vivenciarem na escola experiências que possam contribuir na definição dos seus projetos futuros. Em linha com os dados, esta pesquisa indica a necessidade de a escola oportunizar processos de ensino e aprendizado por meio de uma organização teórico-estrutural, ou seja, indica-se a necessidade de perspectivar um currículo dialógico que contemple a criação de espaço-tempo para a discussão dos projetos de vida e, ao mesmo tempo, que a estrutura da escola oportunize aos jovens experiências de ensino, trabalho, lazer e cidadania.

Palavras-chave: Juventudes. Escola. Sentidos atribuídos.

---

[1] Doutora em Educação. Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: monica.tessaro@unoesc.edu.br.

[2] Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juceli.felckilcker@ifc.edu.br

[3] Doutora em Psicologia. Docente da graduação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br

GT 9

ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS

AQUELA CASA VERDE: RELAÇÕES ENTRE "O ALIENISTA" E O "MISTÉRIO DA CASA VERDE" EM PRÁTICA LEITORA

Alexsandro dos Reis[1]

Marieli Paula Folharim Theisen[2]

Resumo

Este estudo aborda uma prática de leitura literária destinada ao nono ano do Ensino Fundamental, a qual possui como tema a loucura social, presente em dois escritos de épocas distintas: "O Alienista" (1882), de Machado de Assis, e "O Mistério da Casa Verde" (2000), de Moacyr Scliar. Tendo em vista os autores dos textos e o contexto no qual foram escritos, objetiva-se refletir sobre a loucura social em diferentes épocas, bem como contrapor a escrita machadiana com a literatura de Scliar, a fim de evidenciar as diferenças sociais e as linguagens presentes nos textos, atentando-se para o foco narrativo, personagens, enredo, tempo e espaço. A parte metodológica contempla uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, uma vez que discorre sobre a escrita dos autores mencionados, enfatizando aspectos relacionados aos elementos da narrativa e ao gênero textual conto. Para tal, o referencial teórico ampara-se em autores como Cosson (2009), Zilberman (2012), Bosi (1994), Petit (2009), os quais versam sobre relação entre leitura e literatura, bem como Schwarz (1990) para tratar da literatura machadiana. Para realizar a prática leitora foram consideradas as percepções teóricas de Carvalhal (2006) e, à luz da Literatura Comparada, as atividades contemplaram uma visão das diferenças e semelhanças entre os contos, com ênfase nos elementos da narrativa e na escrita de cada autor, levando em conta seus diferentes contextos. Como resultado da investigação, infere-se que a prática leitora oferece a imersão do estudante no texto literário de forma convidativa se bem mediada pelo professor e, ainda, que a motivação pela leitura só se dá mediante um bom planejamento. Ademais, cabe ao professor uma mediação que visa autonomia do aluno no que se refere à proficiência desse leitor, pois parte dele a escolha do texto e o método pelo qual essa prática será aplicada.

Palavras-chave: Prática leitora. Moacyr Scliar. Machado de Assis.

[1] Mestrando em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e graduado em Letras – Língua Portuguesa pela mesma instituição. E-mail: alexreismg@gmail.com.

[2] Mestranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e bolsista CAPES modalidade II. Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela mesma instituição. E-mail: marieli.theisen@hotmail.com.

TECNOLOGIAS NO ENSINO DA GRAMÁTICA DA LÍNGUA INGLESA: USOS E APLICAÇÕES DE FERRAMENTAS DIGITAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS

Débora Regina Mattiello[1]

Resumo

No mundo globalizado de hoje, muito se fala sobre as transformações que estão acontecendo por conta das tecnologias, uma vez que facilitam cada vez mais a vida dos indivíduos. Quando se comenta em tecnologias digitais da informação e comunicação, sempre vêm à mente computadores e smartphones, os quais auxiliam no desenvolvimento de comunicações, informações e também na área educacional, como na aprendizagem de uma nova língua. A língua inglesa é a que está mais inserida na aprendizagem mediada pelo computador (KENSKI, 2007). Este projeto retrata as tecnologias no ensino da língua inglesa, principalmente as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), com relação às dificuldades com o uso e aplicação das ferramentas digitais em escolas públicas. O objetivo geral consiste em analisar as dificuldades diante do uso das tecnologias digitais no ensino da gramática de língua inglesa na Escola de Educação Básica Raimundo Corrêa de Seara, Santa Catarina. Muitos pesquisadores -- entre eles Kenski (2007), Rojo (2012), Santos (2010), Beatos (2010), Aragão (2010) - vêm propondo e discutindo a importância do ensino mediado pelas tecnologias digitais, principalmente quando se trata de aprender uma nova língua. Porém, a inserção das tecnologias na educação é recente e, com a falta de formação de profissionais da educação, tem-se tido problemas com o uso de tais recursos em sala de aula. Disso, emergem as seguintes perguntas: Quais são as dificuldades encontradas nas dinâmicas virtuais no ensino da gramática da língua inglesa em escolas públicas? Como essas dificuldades afetam os planejamentos de professores e o aprendizado dos alunos? Quais fatores auxiliam para que essas dificuldades se tornem maiores? Buscando responder tais perguntas, primeiramente foi desenvolvida uma pesquisa de cunho bibliográfico, procurando saber mais sobre as tecnologias e o uso delas para o ensino da língua inglesa; foi também realizada uma pesquisa documental para entender de que forma os documentos oficiais mencionam processos formativos e as TDICs. Em seguida, será feita uma pesquisa de campo, com alguns profissionais da área de língua inglesa, a qual trataremos sobre as dificuldades que possuem perante ao ensino da língua inglesa com o uso de tecnologias. Com base nas informações coletadas, será feita uma análise das respostas e posteriormente elaborada uma trilha formativa para o uso das TDICs na educação. Essa trilha servirá como ferramenta para o aprimoramento tanto do ensino como da aprendizagem. Esta pesquisa contribuirá para que esses profissionais que vieram de outras gerações possam utilizar essas tecnologias e transformar a educação no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, já que não serão levados em consideração dados quantitativos, mas sim as respostas obtidas na pesquisa de campo. Visando ao cumprimento dos objetivos, será traçado um panorama das TDICs no campo da educação no Brasil, através de pesquisas, documentos oficiais e teóricos que abordam esse assunto; em seguida, serão mapeadas dificuldades de professores de língua inglesa em uma escola estadual; e, por fim, será elaborada uma trilha formativa para o uso de TDICs na educação a partir de conteúdos disponibilizados na internet.

Palavras-chave: TDIC. Ensino. Língua inglesa. Gramática.

---

[1] Estudante da Graduação em Letras – Português e Inglês. Professora de Língua Inglesa. E-mail: deboramattiello@unochapeco.edu.br.

O ATENEU: "EDIFÍCIO ALEGÓRICO"

Márcia de Souza[1]

Resumo
Concentra-se na leitura da obra *O Ateneu*, de Raul Pompeia, como edifício de sensibilidades, publicado em folhetins, na *Gazeta de Notícias*, entre 8 de abril e 18 de maio de 1888, com primeira edição pela Livraria Francisco Alves em 1906. Observam-se os desenhos do autor que colocam o livro em perspectiva literária e alegórica. Evidencia composições do escritor-artista enquanto narrativa ficcional, elaborada na relação híbrida de linguagens, uma "textura gráfica", no dizer barthesiano, para pensar sentidos à obra. o estudo analisa *O Ateneu* em relação a críticas da literatura em circulação no século XX. Percebe no "edifício alegórico", conforme designação de Lêdo Ivo, uma complexa arquitetura para pensar a sociedade brasileira em fins do século XIX, e para isso considera reflexões do pensamento benjaminiano. A obra possui diferentes edições, sendo que as mais conhecidas não apresentam os desenhos do autor e não foram cotejadas às últimas alterações realizadas por Pompeia. Para o desenvolvimento desta pesquisa bibliográfica, utiliza-se a variante da obra com revisões feitas pelo autor em 1894, entregue à Livraria Francisco Alves no mesmo ano, com as ilustrações da edição considerada definitiva. Reposiciona o *spectrum*, reintegra os grafismos do autor à obra para apreciá-los, respaldá-los em coexistência à escrita. Atribui sentidos incomuns à narrativa uma vez que o respectivo horizonte artístico não ficou alheio ao campo de reflexões. Apresenta *O Ateneu* como obra pós-romântica, moderna, atravessada pela ideia de morte, de finitude. Discute questões complexas da sociedade, como o processo de institucionalização de uma cultura voltada ao sistema econômico, de mercado e da publicidade, o que indica cumplicidades entre os dois ambientes, Internato e sociedade.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Leitor. Raul Pompéia. Escritor-artista. Alegoria.

[1] Mestre e Doutora em Literatura (UFSC). Professora dos Cursos de Letras Português/Inglês, Licenciatura Intercultural, Letras Libras e Pedagogia. E-mail: marcias@unochapeco.edu.br.

GT 10

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

A CRIAÇÃO DE JOGOS EM AMBIENTES MAKERS COMO RECURSO PARA APRENDIZAGEM STEAM

Eduardo Meliga Pompermayer[1]

Resumo
Atualmente, no Brasil, o ensino de áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (STEAM) tem apresentado índices insatisfatórios, de acordo com os principais sistemas de avaliação, visto que esses tópicos se tornaram fundamentais para o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade, é necessário se dar atenção especial para o processo e aprendizagem destes conteúdos. Os espaços *makers* vêm crescendo em bom número nos últimos anos, porém os professores carecem de capacitação para a utilização destes como ambientes de aprendizagem. Assim, buscar novas formas de aproveitar tais espaços e capacitar os profissionais da educação de maneira a saberem usufruí-los é fundamental. No sentido de auxiliar a aprendizagem STEAM e o uso de espaços *makers*, os jogos de tabuleiros modernos, com suas mecânicas inovadores, tornam-se um aliado importante. Dentro desses ambientes de aprendizagens, é possível que os alunos criem seus jogos, buscando que nesse processo possam desenvolver diferentes conhecimentos ligados à aprendizagem STEAM, sendo agentes ativos nesse processo. Desta forma, o objetivo principal desta pesquisa é criar um produto educacional que auxilia na utilização de espaços *makers* como ambientes de aprendizagem para a criação de jogos de tabuleiro modernos no auxílio da aprendizagem em educação STEAM, bem como capacitar professores e futuros professores na utilização desses espaços. A metodologia utilizada é qualitativa, com a aplicação de oficinas com professores em formação. Também são analisadas práticas realizadas em um curso de Licenciatura em matemática. A partir das interações e observações são coletados dados. Com a análise desses dados, pretende-se criar um produto educacional voltado para a aprendizagem STEAM. A pesquisa se encontra em desenvolvimento. No estágio atual, por meio de oficinas com um grupo de estudantes e práticas realizadas em disciplinas ligadas ao ensino de matemática, já é possível observar alguns resultados. Principalmente a potencialidade de *softwares* de modelagem para o ensino de matemática e de aplicativos já amplamente utilizados por professores de matemática que possibilitam e interação com *hardwares* presentes nos ambientes *makers*. Desta forma, já constatamos alguns benefícios, bem como desafios da aplicação de um produto educacional com as características propostas.

Palavras-chave: Aprendizagem STEAM. Jogos de tabuleiro no ensino de matemática. Formação de professores.

[1] Mestre em Ensino de Matemática. Professor do IFRS- Campus Canoas. E-mail: Eduardo.pompermayer@canoas.ifrs.edu.br

O TPACK E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Rafael Winícius da Silva Bueno[1]

Resumo
Diante da cultura atual, fortemente caracterizada pelo uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC, novas formas de acessar informações, de construir relações e de aprender são catalisadas constantemente, emerge a relevância de atuação, nas instituições de ensino, de professores capazes de auxiliar os jovens a construir significados e interpretações pessoais a partir da quantidade massiva de dados acessados e recebidos, cotidianamente, por meio de dispositivos móveis conectados à internet. Entende-se, portanto, que a revolução digital, que mudou a vida das pessoas ao redor do mundo, deve também chegar às interações pedagógicas formais. Com essa mesma compreensão, pesquisadores desenvolveram a criação conceitual do Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo – TPACK, que se refere ao conhecimento docente necessário para a utilização das TDIC em ambientes de ensino e de aprendizagem, de forma enriquecedora, a partir da construção de conexões e intersecções entre conhecimentos sobre tecnologia, pedagogia e conteúdo. Dessa forma, este trabalho, de cunho qualitativo, caracteriza-se como um estudo bibliográfico, que tem como objetivo investigar como se deu o desenvolvimento do TPACK, com foco na formação de professores de Matemática. O *corpus* analítico é composto por trabalhos que descrevem ideias centrais sobre o surgimento e a evolução do TPACK, desde sua gênese, no começo deste século, até as publicações mais recentes. São estudadas as ideias iniciais de Margaret L. Niess, Punya Mishra e Matthew Koehler, entre outros, que levaram à transição do Conhecimento Pedagógico do Conteúdo – PCK para o TPACK. Também são estudados os trabalhos que se debruçaram sobre o desenvolvimento do TPACK, vendo-o como um conhecimento homogêneo e transformativo. A seguir, são investigadas as caracterizações do TPACK relacionadas mais especificamente ao ensino e à aprendizagem de Matemática. Conclui-se que o TPACK transcende a mera soma de conhecimentos sobre tecnologia, pedagogia e conteúdo e compreende-se, a partir da análise de investigações envolvendo professores de Matemática, que há diversos níveis de desenvolvimento do TPACK.

Palavras-chave: Formação de Professores de Matemática. Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo. Educação Matemática.

[1] Doutor em Educação em Ciências e Matemática. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. E-mail: rafael.bueno@iffarroupilha.edu.br

GT11

DIREITO EDUCATIVO EM DIFERENTES CONTEXTOS

O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CAUSAS DO ADOECIMENTO DAQUELES QUE FORMAM TODAS AS OUTRAS PROFISSÕES

Adriana da Silva[1]

Marinês Aires[2]

Resumo

Este estudo trata do levantamento de algumas publicações cientificas da plataforma Scielo, nesta análise bibliográfica retrataremos as causas do adoecimento dos professores da Educação Básica Brasileira, pelas quais indicaremos quais são as doenças mais frequentes que tornam o educador incapacitado de exercer suas funções laborais. Portanto, iniciaremos elencando que o trabalho ao longo da vida tem se firmado como um fator primordial para a vida em sociedade, isto porque garante a subsistência financeira, social e psicológica dos seres humanos. Porém neste trabalho dirigido, destacamos que uma das profissões que tem provocado forte preocupação referente à saúde laboral é a docência. Somos sabedores que o ato de ensinar atualmente se tornou um grande desafio, pautado por inúmeras obrigações, responsabilidades, delegadas ao educador, sendo importante salientar que sua função vai muito além do ato de ensinar, pois dentro de uma Unidade de Ensino se reflete com muita nitidez as mazelas sociais, que acomete alunos, famílias, parceiros de trabalho, indicando que estes fatores interferem diretamente no fazer pedagógico do professor. Portanto, estes aspectos associados à carga horária excessiva de trabalho, baixa valorização profissional, à falta de empatia entre os pares, aumento no tempo de contribuição para se aposentar, entre outros, têm gerado no professor um adoecimento preocupante, pois aquele que auxilia nas formação de todos os outros profissionais estão ficando cada vez mais desmotivados para executar a profissão que na maioria dos casos escolheram para a vida, deixando assim a comunidade escolar carente de sua contribuição social e de seus conhecimentos científicos. Para isso, teremos como objetivo geral diagnosticar as causas do adoecimento dos professores da Educação Básica Brasileira; como específico indicaremos quais são as principais doenças que tem acometido o educador, destacamos como a Equipe Gestora se relaciona com o professor readaptado, bem como seus pares, analisaremos quais funções são atribuídas aos educadores em readaptação, ao ser readaptado como este profissional passa a se ver. Diante dessas informações, buscaremos indicar o que as pesquisas apontam em relação à saúde laboral dos professores brasileiros da Educação Básica; os fatores que contribuem para o adoecimento de professores nos últimos 10 anos, levando-os a adoecerem, serem readaptados a uma função ou até mesmo abandonar a profissão. Portanto, já compreendemos que o adoecimento do docente se firma como um mecanismo de alerta para se fortalecer políticas públicas de prevenção e promoção da saúde a esse profissional, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida do professor, bem como da Educação em nosso país.

Palavras-chave: Professor. Adoecimento. Educação básica brasileira.

---

[1] Mestranda em Educação. Professora da Rede pública de Rondonópolis – MT. E-mail: prof.adriana78@gmail.com.

[2] Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós-doutoranda em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES NO ESTADO DO MATO GROSSO

Cícera Barbosa[1]

Daniel Pulcherio Fensterseifer[2]

Resumo

Este estudo versa sobre o processo de mediação de conflitos escolares e baseia-se no seguinte problema: como as escolas de Mato Grosso estão preparadas para lidarem com os conflitos escolares a partir das práticas de mediação? Quanto ao objetivo deste trabalho possui a intenção de investigar como as práticas de mediação escolar podem ser desenvolvidas em escolas Estaduais do estado de Mato Grosso. A metodologia desta pesquisa configura-se como uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, ou seja, a ideia primária é fazer é um aprofundamento da temática por meio de uma reflexão acerca dos conflitos no ambiente escolar, suas principais causas e entender, por meio da literatura, como as escolas lidam com tais fenômenos, quais técnicas são utilizadas para solucionar eventuais situações. O presente estudo enquadra-se como bibliográfico e documental em que serão utilizados, para coleta de dados, livros, artigos científicos, revistas, relacionados ao tema, tanto quanto às legislações e normas federal e estadual que tratam da mediação e sua aplicabilidade no ambiente escolar. Os dados serão tratados e analisados a partir da análise documental. Por se tratar de um projeto, ainda não se conta com resultados. Contudo pode-se indicar os efeitos esperados com base, em pesquisas já realizadas amparadas legalmente nas esferas estadual e federal e que permitam a realização de mediações como forma de solucionar os conflitos escolares, assim como experiências que possam indicar ou desaconselhar a utilização da mediação nas escolas do Mato Grosso.

Palavras-chave: Conflito escolar. Mediação. Direito educativo.

[1]Graduada em Pedagogia. Mestranda do PPG Educação da Uri. E-mail:cicera_barbosa1@hotmail.com.

[2] Doutor em Ciências Criminais. Professor do PPG em Educação e do curso de Direito da Uri. E-mail:danielpulcherio@uri.edu.br.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Clei Cenira Giehl[1]

Resumo
Este estudo tem por finalidade discorrer sobre a relação entre o aprendizado e as práticas pedagógicas de crianças com deficiência intelectual que apresentam dificuldades na escolarização, amparadas pela Base Nacional Comum Curricular. Em toda a fase de escolarização, os professores necessitam desenvolver e aprimorar habilidades que contribuam com o desenvolvimento e o crescimento de cada indivíduo, no intuito de proporcionar momentos específicos, com sentido e significado. Assim, com fundamento nesta perspectiva, verifica-se, inicialmente, o aporte teórico a respeito do que é a deficiência intelectual. Em seguida, descreve-se a importância da prática pedagógica na vida dos alunos com deficiência intelectual, para então, fazer-se uma análise direcionada à Educação Especial e a práticas inclusivas desses alunos no contexto da Base Nacional Comum Curricular, que é focada no desenvolvimento de habilidades e competências, objetivando garantir uma aprendizagem comum, o que, consequentemente, oportuniza inserir e/ou expandir a inclusão no ambiente escolar por meio de práticas pedagógicas inclusivas e abrangentes, que vejam aos alunos com dificuldades de escolarização como indivíduos únicos e lhes proporcionem avanços de aprendizagem concretos e significativos. Explora-se a pesquisa bibliográfica e qualitativa, utilizando-se de autores que contribuem para o arcabouço do tema, destacando a importância da prática pedagógica, alicerçada na Base Nacional Comum Curricular, para alunos com deficiência intelectual. Nesse sentido, ressalta-se a grande importância do incluir o discente com deficiência intelectual no âmbito escolar, necessitando ter um ambiente lúdico e favorável para desenvolver habilidades e aprendizagens, uma vez que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a inúmeros fatores, tais quais: interação do aluno com o ambiente escolar e seu estilo de aprendizagem, emocionais, cognitivas, ou/e contexto de vida.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Prática pedagógica. Base Nacional Comum Curricular. Aprendizagem.

[1] Mestranda em Educação. Graduada em Letras - Português, Inglês e suas respectivas literaturas, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, formada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa. Possui especializações - Lato Sensu: Atendimento educacional especializado, Gestão cultural, desenvolvimento e mercado e Análise do Discurso - O discurso e suas interfaces. Atualmente professora do Estado do Rio Grande do Sul de Língua Portuguesa e Língua Inglesa e supervisora pedagógica. E-mail: clei.giehl@gmail.com.

TECNOLOGIAS DIGITAIS: POSSIBILIDADES E MALEFÍCIOS NA SAÚDE DOS USUÁRIOS

Clesensia Mesquita Cassiano[1]

Resumo
O avanço das tecnologias digitais tem influenciado a vida do ser humano, alterando formas de trabalho, acesso à informação, conhecimento, relações sociais, culturais, entre outras. As tecnologias digitais têm contribuído significativamente na área da saúde, tanto para a melhoria da qualidade do atendimento ao paciente, como para a gestão dos serviços de saúde. Entretanto, os efeitos do uso excessivo de telas, seja de computadores, tablets, smartphones, televisão, entre outros, tem acarretado o adoecimento de crianças, adolescentes e adultos. O presente resumo tem como objetivo a reflexão acerca das possibilidades e dos malefícios do uso das tecnologias digitais na área da saúde. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico que buscou conhecer as contribuições das tecnologias para a vida do ser humano, com foco na sua utilização para ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, além de apontar os principais riscos do uso excessivo de telas, dentre eles, a dependência digital e os seus efeitos na saúde mental. É inegável que o avanço das tecnologias digitais tem influenciado a vida do ser humano, alterando formas de trabalho, acesso à informação, conhecimento, relações sociais, culturais, entre outras e contribuído significativamente na área da saúde, tanto para a melhoria da qualidade do atendimento ao paciente, como para a gestão dos serviços de saúde. Entretanto, se por um lado o avanço acelerado das tecnologias digitais tem ajudado muito em diversas áreas, como a saúde, por outro, o uso excessivo desses recursos tem causado diversos problemas de saúde para a população. Os efeitos do uso excessivo de telas, seja de computadores, tablets, smartphones, televisão, dentre outros, tem acarretado o adoecimento de crianças, adolescentes e adultos. É preciso, portanto, ratificar a importância de se construir hábitos saudáveis para o uso de dispositivos e aplicativos digitais, regras de segurança, filtros, bem como a criação de momentos de desconexão para maior conexão familiar.

Palavras-chave: Tecnologias digitais. Saúde. Doenças.

[1] Mestranda em Educação. Professora da Rede pública de Rondonópolis – MT. E-mail: clesensya@gmail.com.

“COMO MATAR ÍNDIOS COM GIZ E APAGADOR”: A LUTA DA OPIMO PELA RESSIGNIFICAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA EM OIAPOQUE-AP

Cristina Franciane de Sousa Brito[1]

Resumo
Considerando o contexto do qual emergiu os movimentos indígenas no Brasil e a colaboração do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) frente às políticas de integração da Ditadura Militar, esta pesquisa demonstra como as organizações de professores indígenas do país, e em particular a de Oiapoque, têm contribuído com políticas indigenistas da Educação Escolar Indígena, tendo como marco histórico a promulgação da Constituição Federal de 1988. O objetivo geral está na investigação de como essas políticas têm refletido no contexto local, com a criação da Organização de Professores Indígenas do Município de Oiapoque (OPIMO), em 2005. Para isso, a metodologia utilizada é de natureza qualitativa e exploratória e do tipo documental, já que faz uso do Jornal *Mensageiro*, criado na década de 1970 e escrito pelos próprios indígenas, com assessoria do Cimi. Quanto aos procedimentos metodológicos para o estudo do jornal, foram organizadas duas etapas: levantamento e catalogação das edições e definição do problema. Os pressupostos deste estudo indicam que o modelo de “escola para os índios” implantada pelo Estado, como forma de “abrasileirar” e integrar as populações indígenas à nação, foi substituído pela “escola dos índios”, que vem sendo reivindicada pelo movimento indígena, desde os anos de 1980. A “escola dos Índios” ganhou respaldo legal ainda nos anos de 1980, no entanto, a escola indígena específica e diferenciada, bilíngue e intercultural, como prevê o Estatuto da OPIMO e a legislação estabelecida pelo Estado brasileiro, continua sendo uma causa da luta indígena do país, uma vez que a lei não tem garantido sua efetivação. A pesquisa é concluída com o entendimento de que a efetivação da Escola Indígena depende, sobretudo, de uma formação específica de professores indígenas. No Amapá, o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena representa um ganho da luta da OPIMO, o qual forma professores indígenas de todo estado para atuarem na educação básica das escolas de suas aldeias, bem como na gestão, elaboração do currículo, calendário e produção de material didático específico.

Palavras-chave: Movimento indígena. Escola indígena. Organização dos professores Indígenas de Oiapoque.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (PPGEF-UNIFAP). Especialista em Políticas Educacionais e graduada em História pela UNIFAP. E-mail: cristina.fsbrito@gmail.com

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES PÓS-PANDEMIA

Eliane Lima Borges de Medeiros[1]

Marines Aires[2]

Resumo

O objetivo deste estudo é mostrar como a educação e a saúde podem contribuir para uma melhor Qualidade de Vida dos Professores no período pós-pandemia. Trata-se de um estudo bibliográfico, a partir do levantamento de literatura sobre a temática que integra a disciplina Educação e Saúde. Dito isso, reitera-se que diversos fatores, tanto socioambientais como individuais, contribuem para a qualidade de vida do ser humano. Ou seja, a Qualidade de Vida pode ser percebida sob diferentes perspectivas, a partir da realidade de cada indivíduo. Considera-se, todavia, que a Qualidade de Vida não se resume apenas a situações materiais, como emprego e bens conquistados, pois a noção é mais profunda e tem-se uma valorização plausível sobre fatores como lazer, satisfação pessoal, cultura, bons relacionamentos, entre outros. Tanto a educação quanto a saúde têm importante contribuição no que tange à promoção de uma melhor Qualidade de Vida, visto que são questões multidimensionais. Ao se fazer uma análise mais acurada no tocante ao comprometimento e poder da educação e saúde, sobre a Qualidade de Vida, três aspectos assumem posição de destaque, sendo o primeiro o das políticas públicas, as quais devem ter como parâmetro de ação, sobretudo na área da saúde, as prerrogativas do Sistema Único de Saúde; o segundo remete aos profissionais, que tanto os da saúde quanto os da educação, devem ter um comprometimento ético e implicações que vão além de aplicações técnicas; e por fim, a participação cidadã na definição de políticas públicas, na atenção integral e no domínio do seu processo socioeconômico-cultural. Os achados revelam como a educação e a saúde podem contribuir na promoção da qualidade de vida, e que tais achados possam servir de insights para aprofundamento na literatura e sirva como base para ações e/ou políticas públicas sobre o tema em tela.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Qualidade de vida. Pandemia.

[1] Mestranda em Educação. Professora. E-mail: a102427@uri.edu.br

[2] Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós-doutoranda em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br.

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Cristina Campos Saraiva[1]

Resumo
O trabalho tem como eixo de estudo buscar e analisar sobre a formação docente, o lúdico como propiciador importante, que influencia nos valores, aprendizagem dos conteúdos em sala trabalhados na escola com as crianças. É por meio do jogo que o docente tem a intenção de realizar atividades que deem prazer às crianças, contribuindo assim na ampliação da criatividade, afetividade, cognição, social e contribuindo no seu desempenho escolar, proporcionando momentos de alegria, diversão entre outras fundamentais ferramentas que possibilitam ser trabalhadas e que são necessárias nesta fase escolar, concedendo a oportunidade ao discente de desenvolver seu potencial, de relacionar o conteúdo com os jogos pedagógicos e se reconhecer como agente ativo no que concerne ao seu aprendizado e seu desenvolvimento pleno. O planejamento do docente deve ser diferenciado e inovador, e este caracteriza um dos entraves da atualidade nas práticas em sala dos docentes, concerne em realizar uma aprendizagem que possibilite motivar o discente e associado ao seu exercício pedagógico diário atualizado, que seu trabalho seja mais atrativo e satisfatório. Dentro desse contexto esse trabalho apresenta pesquisas bibliográficas, trazendo autores que dialogam com a temática e apresentam uma reflexão a respeito do lúdico, investigar as teorias que dão sustentação à ludicidade conceituada anteriormente como componente importante fazendo junção às atividades escolares. Esta pesquisa visa a um trabalho que quer propor alternativas de práticas lúdicas que possam contribuir na prática das aulas do docente. Muitos avanços têm-se mostrado em termos legais na contribuição de práticas lúdicas, no entanto, até agora não foram suficientes em práticas efetivas. Tem-se observado que a ludicidade praticada nas escolas não está se realizando no cotidiano e quando aparece falta objetividade.

Palavras-chave: Ludicidade. Aprendizagem. Ensino fundamental.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a102154@uri.edu.br.

FORMAÇÃO E SAÚDE DOCENTE EM DIFERENTES CONTEXTOS

Neusa Vicente Lazaroto[1]

Resumo

O tema deste trabalho objetiva compreender e analisar a situação vivenciada pelos professores da Educação Básica da Rede Pública sobre a formação e suas práticas a partir do momento atual que se vivencia grandes mudanças no cenário educacional. O objetivo é analisar o quanto a pandemia afetou a saúde física e emocional desses profissionais e identificar a ocorrência de intensificação no trabalho dos mesmos com a implementação do ensino remoto emergencial. Como estes profissionais estão se cuidando e como enxergam a sua responsabilidade nesse contexto de grave crise epidemiológica. Considerando que a educação deve garantir a qualidade e o compromisso com o desenvolvimento de todos e de cada um. Destaca-se que a pesquisa é bibliográfica, quantitativa e qualitativa, entrevistas com professores da Rede Pública dos municípios da Região Alto Uruguai. Essa escolha metodológica permite ampliar a compreensão dos dados coletados. Com a pandemia, a escola precisou se reinventar e adaptar-se à nova situação, com ensino remoto e com o acentuado uso das mídias e tecnologias. Com isso, o professor precisou rever suas metodologias e buscar alternativas para continuar a ensinar e a desenvolver o trabalho pedagógico à distância. O ensino remoto surge de caráter excepcional, emergencial, de acordo com as orientações nacionais e internacionais e considerando suas concepções pedagógicas e realidade local e estende-se ao ensino híbrido, importante e necessário para suprir a defasagem deixada pelo distanciamento dos estudantes da escola. A ação escolar neste momento, deve ser pautada no avanço de conteúdos e na recuperação das habilidades e competências não atingidas durante o ensino remoto, e para tanto o professor precisa de momentos de formação e reflexão sobre à prática, o trabalho das equipes gestoras e da coordenação e orientação pedagógica se faz importantíssimo, para dar suporte ao professor. Neste sentido, é necessário identificar e compreender a percepção do professor sobre o papel das formações e o que essas contribuem para melhorar e aprimorar as ações pedagógicas. Nos resultados busca-se observar nas respostas das professoras se houve sobrecarga de trabalho, ausência de tecnologias educacionais disponíveis, pressão das avaliações externas que possam contribuir para uma possibilidade de adoecimento docente, medos de demissão, a falta de domínio das ferramentas tecnologias de ensino remoto e híbrido.

Palavras-chave: Saúde mental do professor. Trabalho docente. Ensino emergencial.

---

[1]Mestranda em Educação. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2002). Especialização em Pedagogia Gestora com Ênfase em Administração, Supervisão e Orientação Educacional, pela Associação Catarinense de Ensino Faculdade de Joinville; 06/09/2003 a 06/03/2004. Especialização em Mídias na Educação, pela Universidade Federal de Santa Maria.de 07/03/2016 a 23/02/2018. Especialização em Psicopedagogia Institucional, Faculdade de Educação São Luís, 19/09/2020 a 20/07/2021; atualmente é coordenadora pedagógica e vice-diretora na Rede Estadual de Ensino e professora na Rede Municipal de Ensino de Pinheirinho do Vale – RS. E-Mail: neusalazaroto@yahoo.com.br; a072274@uri.edu.br

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SINOP: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA SALA DE AEE

Patrícia Catharino[1]

Flávio Penteado de Souza[2]

Ana Paula Alves Souza[3]

Resumo

Este resumo é um relato de experiência sobre as práticas inclusivas desenvolvidas no projeto de formação continuada "reflexões sobre o atendimento dos alunos com deficiência em sala regular: estratégias e adaptações educacionais" realizado em 12 escolas da rede municipal de ensino de Sinop/MT em 2022. As formações foram ofertadas pela Associação de Surdos de Sinop (ASSINOP) em parceria com a Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Sinop (SMEEC). O projeto foi desenvolvido por dois docentes do município e estes visitavam as escolas para desenvolver as formações com duração de 2 horas cada no período noturno. Os objetivos do projeto eram propor reflexões sobre a atuação com os alunos com deficiência na sala regular, promovendo discussões acerca da acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência na escola regular, assim como as barreiras enfrentadas nesses processos. Também se buscou propiciar momentos de práticas, através do desenvolvimento de experiências e dinâmicas que levem os profissionais da educação a vivenciarem as situações educacionais que envolvam o processo de ensino e aprendizagem. Os conteúdos das formações continuadas giravam em torno de exposição de slides de forma dialogada com realização de dinâmicas práticas, com a finalidade de fixação e compreensão dos assuntos abordados. O projeto de formação teve como proposta uma abordagem metodológica qualitativa com foco nas estratégias e metodologias de ensino, contribuindo com subsídios para o melhor desenvolvimento das práticas docentes. O projeto de formação continuada teve como proposta avaliativa, a avaliação contínua, tomando como critérios a participação nas discussões, a assiduidade e a pontualidade nos encontros e o efetivo engajamento nas atividades práticas. As formações foram bem acolhidas pelos docentes que relataram a importância da discussão das temáticas que vieram de acordo com as dificuldades e demanda do atendimento dos alunos com deficiência na sala de aula. Podemos perceber que os docentes se engajaram em aprender e discutir sobre os assuntos, assim como desenvolver as ações práticas com seus alunos. A formação veio para potencializar as ações inclusivas no cotidiano escolar, propiciando um ambiente de trocas de experiências entre docentes, e consequentemente preparando os docentes para promoverem um ensino significativo de

[1] Especialista em Psicopedagogia pela faculdade UNIFLOR, Especialista em Educação Especial pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Graduada em Psicologia pela UNIC e em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Professora da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: patycatharinomota@gmail.com.

[2] Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PPGAS (UFMS). Especialista em Ensino Aprendizagem de Línguas Adicionais para Crianças pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UNEMAT). Professor da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: flavio.penteado@unemat.br.

[3] Mestranda do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Letras – PPGLETRAS da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop-MT. E-mail: paula.souza@unemat.br.

qualidade às crianças do AEE. Este estudo utilizou como bases os documentos norteadores educacionais BNCC (2018) e LDB 9394 (1996), e estudos de autores que versam sobre as práticas inclusivas e o cotidiano da escola e a formação docente, tais como: Montoan (1997) e (2003), Skliar (1997), Moro (2018), Novoa (1991), entre outros.

Palavras-chave: Formação continuada. Docentes. Educação especial e Inclusiva. Práticas inclusivas. NTM.

.

ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO ESCOLAR

Susana Michels[1]

Resumo
O trabalho tem como tema a "Elaboração de estratégias para resolução de conflitos escolares através da mediação escolar". A escola é considerada o primeiro espaço de socialização do ser humano. É nesse local que se inicia a troca de experiências, empatias e a compreensão de limites. Nessa perspectiva, a educação tem o poder de transformar vidas, sendo pelo conhecimento mediado, pelas relações criadas entre a comunidade escolar e pela convivência nesse contexto. Os conflitos fazem parte do cotidiano das crianças. Muitas vezes nos deparamos com situações que não sabemos como resolver, ou muitas vezes não são resolvidas de maneira correta e podem causar desconforto para as crianças. Assim, necessitamos pensar de que forma os conflitos são resolvidos no ambiente escolar? Como a mediação escolar pode auxiliar no processo de resolução dos conflitos? Quais os procedimentos e/ou estratégias adotadas para resolver os conflitos na escola? Visto que, a mediação está pouco presente nos ambientes escolares, sente-se a necessidade de buscar mais conhecimento e propor estratégias para a resolução de conflitos, de maneira com que a escola possa ter um amparo quando necessitar. Assim, essas estratégias seriam como um instrumento de potencialização da abordagem aos conflitos escolares. Com essa finalidade, busco propor estratégias para a implantação e desenvolvimento da mediação escolar para que haja uma identidade entre as diversas práticas possibilitando sua reprodução de forma mais consistente e harmônica. Nesse intuito, é necessário entender a importância de uma formação e preparação para atuar na educação básica; (para evitar conflito), estudar diferentes práticas de mediação e resolução de conflitos, conhecer o que vem a ser a comunicação não violenta, identificar os conflitos mais comuns nas diferentes faixas etárias, analisar a possibilidade de diferentes formas de mediação e conflitos, investigar como ocorre o processo de mediação escolar. Para tanto, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, tem como intuito, investigar os conflitos escolares, a forma de resolução dos mesmo que a unidade escolar utilizada, ofertando a mediação, como um dos métodos utilizados, propondo elaboração de diretrizes para a resolução deste. Nesse sentido, por meio da mediação, conhecer sobre mediação escolar e, posteriormente, refletir sobre o papel da escola diante da situação de conflito. Com tudo, espera-se conseguir elaborar estratégias que auxiliem professores, gestores e equipe escolar a propor um ambiente mais harmônico.

Palavras-chave: Conflito. Resolução de conflitos. Mediação. Estratégias.

[1] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Alto Uruguai e das Missões (URI). Professora da Rede Pública Municipal. E-mail: a096062@uri.edu.br.

EDUCAÇÃO E SAÚDE X A LUDICIDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tânia Regina Mendonça de Sena Marques[1]

Resumo

O tema deste trabalho refere-se à possível articulação entre a disciplina de "Educação e Saúde" e a "ludicidade no processo de construção do conhecimento das crianças da educação infantil" e tem como objetivo explicar como essa articulação acontece. Para tanto, analisou-se o Plano de Ensino da disciplina que traz o seguinte questionamento: Qual a relação da disciplina Educação e saúde com o tema de pesquisa? Analisou-se também o Projeto de Pesquisa sobre o tema do Projeto de Pesquisa em questão. A discussão é importante por expressar uma interligação entre saúde e educação intrínseca no processo de construção do conhecimento pela criança, com uso da ludicidade. Partiu-se do objetivo da disciplina, que é o debate interdisciplinar, e do aporte teórico do Projeto para aportar essa discussão. Mais que um direito, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e atende crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade. Nessa fase de primeiros contatos com a escola, muito se trabalham cuidados e conteúdos de forma lúdica, e a ludicidade oferece inúmeras possibilidades educacionais, por favorecer o desenvolvimento integral da criança, respeitando-se a sua faixa etária, (VYGOTSKY, 1991), incluindo-se o sua vida psíquica e desenvolvimento corporal, sua inteligência, entre outros aspectos (KISHIMOTO, 1996). E tudo o que ela aprender e desenvolver nos primeiros anos de experiência escolar impactará diretamente na fase da sua vida adulta. De modo geral, as atividades lúdicas mediadas pelo professor, se realizam por meio de jogos e brincadeiras que despertam o interesse e a atenção da criança, mexem com seu imaginário, auxiliam no seu desenvolvimento cognitivo, estimulam aspectos onde a criança apresenta déficit (VYGOTSKY, 1991). As atividades lúdicas, principalmente na educação infantil, são imprescindíveis no desenvolvimento saudável da criança; respeitando-se o caráter educativo, são consideradas atividades educativas, por também promoverem a exploração, as descobertas e a experimentação pela criança (KISHIMOTO, 2001). Compreende-se que é nesse aspecto que a articulação pretendida se encontra. Frente a essas considerações, conclui-se que são muito os benefícios decorrentes do uso da ludicidade no processo de construção do conhecimento das crianças da educação infantil, entre os quais encontra-se seu desenvolvimento integral, que compreende as dimensões física, intelectual, social, emocional e simbólica da criança. E tudo isso está interligado à sua saúde. Educação e saúde compreendem um só caminho para o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

Palavras-chave: Articulação. Educação. Saúde. Ludicidade.

[1] Pedagoga. Professora do Ensino Fundamental I na rede Estadual de Ensino em Rondonópolis-MT. E-mail: taniarmsm@hotmail.com.

O TRABALHO DOCENTE E A SÍNDROME DE BURNOUT: SUAS RELAÇÕES

Tatiane de Souza Gil[1]

Marines Aires[2]

Resumo

No âmbito dos estudos da Educação e Saúde, com o intuito de fazer uma reflexão sobre os episódios de estresse e suas consequências na vida dos professores, relacionados à preocupação docente aos ambientes de trabalho e sua saúde mental, esta pesquisa aborda sobre o trabalho docente e a síndrome de burnout: suas relações. A Síndrome de Burnout é tida como uma forma de estresse ocupacional, no qual afetam profissionais no exercício de suas funções laborais. O objetivo central deste estudo é identificar quais as causas que colaboram para o adoecimento/ afastamento dos professores de suas funções a partir de pesquisas anteriores. Para tanto, como suporte metodológico, recorreu-se a pesquisa bibliográfica centrada em referências de Facion (2009), Levy, Sobrinho e Souza (2009) e Carloto (2011) acerca deste estresse: Síndrome de Burnout em professores e dos fatores associados. O desenvolvimento da pesquisa mostra que a cada reforma educacional, seja ela municipal, estadual ou federal aliada às más condições de trabalho (recursos humanos e estruturais) causam uma maior exaustão nos docentes aumentando assim o nível de ansiedade. Além disso, assinala como os principais fatores para o adoecimento de Burnout: o alto nível de cansaço emocional (e nesse contexto os riscos de os professores sofrerem agressões físicas e emocionais por parte dos alunos aumentam), maior carga horária de trabalho (chegando às vezes a 60 horas /aulas semanais), assim como ameaças de alunos em sala de aula e a idade (relacionado a despersonalização) entre esses indivíduos. Vale ressaltar que nas pesquisas apresentadas sobre esta síndrome os profissionais da educação e da saúde são os que sobressaem com maiores índices de investigação para a Síndrome de Burnout.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Síndrome de Burnout.

[1] Graduada em Secretariado Executivo Bilíngue (2009) pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis, UNIR, Rondonópolis-MT. Licenciada em Pedagogia (2011) pela Faculdade Albert Einstein, Brasília- DF. Graduanda em Letras - Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - Libras e Literaturas Brasileira e Surda pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Ponta Grossa – PR. Assessora Pedagógica – Departamento de Gestão de Educação Inclusiva – SEMED – Rondonópolis -MT. Intérprete de libras – SEDUC – MT. E-mail: proftatigil@gmail.com.

[2] Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós-doutoranda em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br.

OS EFEITOS DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA INFÂNCIA

Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida[1]

Resumo
As Tecnologias Digitais estão cada vez mais presentes e dominante em toda esfera social, e as crianças estão inseridas no mundo digital cada vez mais cedo. Este estudo busca compreender se o uso de toda esta tecnologia está interferindo no desenvolvimento cognitivo das crianças e se causa prejuízos à saúde. Como fundamentação teórica, foram utilizados os conceitos e orientações da autora Shimi Kang. A psiquiatra em questão, dedicou vinte anos à pesquisa sobre saúde, felicidade e motivação em crianças, e alerta que uma pesquisa publicada na revista *JAMA Pediatrics* em 2019, revela que têm menos mielinização no cérebro, as crianças ficam mais tempo em telas. A mielina é camada de gordura que envolve os nervos, protegendo os neurônios que servem como condutores até as áreas de Broca à de Wernicke - duas áreas corticais conhecidas pela produção e compreensão da linguagem humana- a falta dela pode atrasar ou prejudicar a capacidade de entender as palavras. Ainda nos referindo ao funcionamento do cérebro, é importante destacar o que a autora fala a respeito dos sentimentos. As reações que temos, e isso inclui as crianças, dependem de *substâncias neuroquímicas*, que liberamos perante determinada situação. São elas, dopamina, cortisol, endorfinas, oxitocina e serotonina. Estas substâncias são consideradas mensageiros químicos do corpo. Estas situações acontecem também nas atividades e experiências com uso das tecnologias, fazendo nosso cérebro liberar essas substâncias, e o tempo excessivo a exposição de telas pode trazer determinados impactos. Quanto a este uso excessivo a autora alerta sobre algumas consequências: Desencadeamento de estresse devido a liberação de quantidades prejudiciais de cortisol; Vício por quantidades perigosas de dopamina; Perigo na saúde e sucesso, pela redução natural de oxitocina, serotoninas e endorfinas. Pensando em preparar as crianças para este mundo digital a Kang, trata sobre competências como uma nova inteligência do século XXI, o Quociente de Consciência (QC), sendo que este QC considera todo sistema de inteligência humana, agrupando QI (quociente de inteligência) e QE (quociente emocional). Estas competências, segundo a autora, são desenvolvidas por trilhas neuroplásticas e estão disponíveis em todos nós. Sendo assim, Kang faz uma comparação com hábitos alimentares saudáveis, pais e professores têm o papel de orientar as crianças a terem uma boa alimentação, no uso das tecnologias o mesmo ocorre, sendo necessário uma "dieta tecnológica" para amenizar os danos.

Palavras-chave: Tecnologias digitais. Uso excessivo. Infância. Cérebro.

[1] Pedagoga. Professora Municipal de Educação Infantil. Mestranda em Educação - PPGEDU URI-FW. E-mail: a100683@uri.edu.br

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROVIMENTO DO CARGO DE GESTOR E ASSESSOR ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Zenaide Borre Kunrath[1]

Resumo
Na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, o processo de Gestão Escolar Democrática começa a ganhar força com a criação e fortalecimento dos órgãos colegiados das Escolas (APP - Associação de Pais e Professores e CDE- Conselho Deliberativo Escolar e o Grêmio Estudantil), e pela legislação vigente, decreto SC N° 1794/13, alterado pelos decretos N° 243/15, N° 284 E N° 307/15, que estabelecem a escolha do Plano de Gestão Escolar pela comunidade escolar, este mesmo decreto trata do princípio da gestão democrática e da autonomia escolar. Há todo um movimento histórico no sentido de descentralizar o poder na gestão de políticas públicas. No entanto, uma pergunta percorre esta pesquisa: Será que a maneira encontrada pela rede estadual do estado de Santa Catarina para provimento ao cargo de diretor e assessor escolar, tem contribuído para a gestão democrática? Esta pesquisa tem como objetivo analisar as formas de provimento do cargo de gestor e assessor nas escolas estaduais de Santa Catarina, à luz do princípio da gestão democrática. Elaborou-se uma pesquisa usando a metodologia qualitativa, a técnica foi análise documental de leis que regulamenta, artigos, livros. Para Hora (2002, p.120), "A gestão democrática na educação inclui, necessariamente, a participação da comunidade no processo educacional, sem o que seria muito mais um arranjo interno dos componentes da escola que atenderia a interesses que certamente não estariam consentâneos com as expectativas comunitárias". A gestão democrática prevê a liberdade de expressão, de opinião, para que a gestão seja participativa é preciso que toda a comunidade escolar se sinta parte da escola. Neste sentido, democratizar a escola em uma sociedade que ainda demonstra dificuldades para ser democrática constitui um grande desafio.

Palavras-chave: Gestão democrática. Provimento de gestor e assessor.

[1] Mestra em Educação. Doutoranda em Educação na URI. E-mail: a103016@uri.edu.br.

GT12

A EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS: AS MÚLTIPLAS FACETAS DO ENSINAR E DO APRENDER

EDUCAÇÃO LITERÁRIA: O TEXTO POR MEIO DA TELA EM CANAL DO YOUTUBE

Jane Maria Fiori[1]

Resumo
Com a Pandemia, acelerou-se o processo tecnológico com a adoção do ensino remoto a necessidade de o ensino da literatura ser mediado por um professor atrás de uma tela mobilizou tanto o docente quanto o leitor jovem a explorar outros mecanismos de acesso a textos literários e formas de interpretá-los. Dessa forma, pode-se dizer que o processo de interação autor-leitor-texto também se alterou com a adoção de práticas socioculturais digitais que até então eram uma possibilidade e se tornaram necessidade. Isso ainda indicou uma dimensão fundamental no processo de ensino de literatura, que é a adoção de estratégias significativas e atraentes para a construção de sentido para os textos. Se o contexto da disseminação do coronavírus afetou a forma de avaliar o mundo e as posições pessoais sobre a doença, por um lado; de outro, indicou o quanto a sensibilidade e a criticidade podem ser ampliadas à medida em que se lê o mundo por meio das artes. Considerando isso, esta proposta de investigação aborda a educação literária, focalizando a possibilidade de abordagem da literatura brasileira por meio da internet e de conteúdo no Canal do Youtube com vistas à valorização da literatura para além dos muros da escola e à construção de conhecimentos autores não canônicos. Ao desenvolver esta pesquisa, buscaram-se respostas para as seguintes questões: É possível abordar a literatura na internet e promover educação literária na rede? Como e com qual ferramenta abordar literatura não canônica na internet? Que tipos de temas e obras são abordados nos canais do YouTube ao tratarem de literatura brasileira não canônica?

Palavras-chave: Leitura. Educação literária. Tecnologias. YouTube.

[1] Graduada em Letras e Mestranda no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Frederico Westphalen. E-mail: janefiori@escola.pr.gov.br.

GT13

FORMAÇÃO LEITORA E ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

FORMAÇÃO LITERÁRIA E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: ANÁLISE DO PROJETO FOLHAS

Jane Maria Fiori[1]

Resumo
No âmbito das pesquisas sobre leitura na escola, estão sendo popularizadas no Brasil, e está sendo investido em instrumento transformador na educação, buscando resultados significativos no aprendizado dos educandos, este trabalho objetiva discutir a construção de Recursos Educacionais Abertos – REA para a qualificação de práticas de leitura da literatura. Para tanto, a pesquisa analisa um exemplo de REA: o Projeto Folhas, que é centrado na abordagem de leitura literária na educação básica, identificando suas potencialidades e limitações enquanto suporte ao professor em sua prática. Como subsídios teórico-crítico, a pesquisa vale-se de autores como Regina Zilberman, William Cereja, Roxane Rojo, entre outros. De natureza bibliográfica, a investigação mostra que suportes digitais, como os apresentados no Projeto Folhas, são importantes no sentido de cativar a atenção dos alunos e mostrar aos professores possibilidades de uso de distintas ferramentas, dando-lhes amparos para familiarização com a cultura digital. Entre os autores citados, Zilberman nos fala da leitura na escola, "Há uma gama variada de pesquisas sobre o assunto, que começam com as questões de aquisição da escrita, estendem-se à psicolinguística e à sociolinguística e chegam à teoria da literatura, que desenvolveu uma ampla área de investigação relacionada aos processos de leitura e de formação do leitor. A escola, nesse caso, pode ser entendida tanto como o local onde se dá a aprendizagem da leitura e a preparação para o consumo de obras impressas, quanto como o espaço do desencantamento e da perda da magia trazida da infância, já que impede o contato direto com o mundo da oralidade, onde se fazia a transmissão original de histórias". (https://novaescola.org.br/conteudo/953/entrevista-com-regina-zilberman). No entanto, os REA precisam estar focados especialmente no desenvolvimento de competências e habilidades de leitura literária para que de fato possam contribuir para a formação de leitores nas escolas. Dessa forma, uma das limitações do REA analisado reside na carência de atividades que potencializam a educação literária, transcendendo a leitura dos muros das escolas.

Palavras-chave: Educação literária. Recursos digitais. REA. Projeto folhas.

[1] Graduada em Letras e Mestranda no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Frederico Westphalen. E-mail: janefiori@escola.pr.gov.br.

GÊNEROS DIGITAIS NA ESCOLA NA PROPOSIÇÃO DA BNCC: ALGUNS APONTAMENTOS CRÍTICOS

Jaqueline Weiler Brock[1]

Resumo
O acesso à internet e a novos suportes mudou nossa maneira de ler e escrever, pois estamos diante de novos processamentos influenciados também pela profusão de novos gêneros textuais, os digitais, muitas vezes associados ao uso de hipertexto. Nesse sentido, no âmbito dos estudos linguísticos, este trabalho concentra-se na reflexão sobre gêneros textuais digitais e sua abordagem na Base Nacional Comum Curricular. O objetivo é identificar como o documento contempla esses gêneros, quais são incluídos para o trabalho escolar e quais as implicações desse processo na formação dos alunos, considerando o contexto do Ensino Médio. De natureza bibliográfica, a pesquisa está amparada no estudo da BNCC na área de Linguagens e trabalhos de linguística acerca dos gêneros digitais e práticas de sua inserção, com referência a Luiz Antônio Maschuschi e Roxane Rojo, entre outros. As reflexões assinalam que há um direcionamento para que, nas aulas de Língua Portuguesa, seja contemplado o multiletramento digital, preparando os alunos para lerem e escreverem em novos suportes que se articulem a demandas da cibercultura. Além disso, nota-se ênfase na abordagem de diferentes gêneros, como infográficos, fluxogramas, blogs, memes, tweets, gifs, vlogs. No entanto, apesar da importância dessas inserções para a vida moderna, observa-se que são restritas às orientações sobre como trabalhar esses novos gêneros em sala de aula, assim como pouco presentes essas abordagens em manuais didáticos para o Ensino Médio, o que pode se constituir como entraves ao multiletramento digital nas escolas. Outro fator pertinente que as escolas enfrentam é o acesso à Internet de qualidade, ou seja, com grande capacidade de uso, bem como com maior potência. É necessário e fundamental, que se tenha banda larga em todas as escolas do país, aí sim, pode-se inserir os gêneros digitais como um mecanismo da atualidade, despertando interesse nos alunos a entender e interiorizar os conteúdos trabalhados pelos professores. Sempre é bem-vinda a sugestão de melhorias na área da educação, principalmente por parte da BNCC, porém se fazem necessárias boas condições de trabalho para que os professores possam desenvolver atividades com afinco.

Palavras-chave: Gêneros digitais. BNCC. Novo ensino médio. (NEM).

[1] Doutoranda em educação (URI Frederico Westphalen). Professora educação E-mail: básica.professorajjaque@gmail.com.

A AÇÃO PEDAGÓGICA E A *PRÁXIS* EDUCATIVA NA REALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Simone Bortoluzzi Camargo[1]

Resumo
O trabalho tem por objetivo debater sobre a formação continuada de professores e sua inserção na epistemologia da *práxi*, a pensar em como se constroem as *práxis* educativas dos/as professores/as da disciplina de Língua Portuguesa a partir da contribuição da formação continuada. Este terá como objeto de pesquisa servidores/as de uma escola estadual urbana que atende os anos finais do Ensino Fundamental, no município de Primavera do Leste – MT. Para a pesquisa, toma-se como noção de língua o princípio sócio-interacionista, que a compreende como um instrumento de interação verbal, estudado a partir de um contexto, tendo um enunciador e um enunciatário na ação (Cf. BAKHTIN, 1997). A língua é entendida como algo flexível, que está sempre em transformação e por isso não pode ser analisada sem estar inserida em um contexto, porque é nele que ela ganha vida e pode ser estudada em sua plenitude. A partir dessa concepção sociointeracionista, o texto também passou a ser visto como eixo fundamental para o êxito no processo de ensino/aprendizagem. Assim, a gramática, a sintaxe e a morfologia, entre outras, também se encontram a serviço do falante e suas necessidades comunicativas, por isso são emergentes com a língua, de modo que a escola se torna, dentre outros, o palco principal para o protagonismo dessas reflexões. A pesquisa torna-se relevante na medida que busca pensar como se dá a prática do professor a partir da formação continuada com vistas à *práxis* educativa. Tomo como ponto de partida a produção do conhecimento acerca do conceito de *práxis* educativa que busca transformar o mundo e a si mesmo, a partir da reflexão sobre o contexto educacional. O conceito de práxis é, conforme afirma (MAYORAL, 2007), uma atividade prática que faz e refaz coisas, isto é, transmutar uma matéria ou uma situação. A forma de pensar a *práxis*, especialmente na educação, possibilita novos caminhos de entendimento do universo humano e promove a transformação social e humanização dos indivíduos, a partir da reflexão da ação pedagógica. Serão tomados como base leituras e reflexões acerca dos documentos oficiais selecionados previamente pela pesquisadora, a exemplo dos PCN's (além do PPP da Escola) e a BNCC do Ensino Fundamental, com atenção voltada aos conceitos de leitura, formação de leitores e estratégias de leitura cuja finalidade é refletir sobre os objetivos propostos para o ensino de Língua Portuguesa. Isso se faz necessário, já que muitos/as professores/as que estão em sala de aula justificam o ensino gramatical normativo-prescritivo como sendo algo fundamental e necessário (e, de fato, o é, mas não só), visto que é estipulado nos documentos oficiais e largamente cobrado nas avaliações externas, e, por conta disso, desprestigiam o ensino da leitura. A expectativa desta pesquisa é de que se possa evidenciar o quanto a formação continuada impacta na prática pedagógica do professor e finalmente, os resultados desse estudo serão apresentados sob a forma de dissertação.

Palavras-chave: Prática pedagógica. Formação docente. Práxis educativa.

[1] Pós-Graduação pela Universidade Salgado Filho – RJ - Brasil. Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – RS – Brasil. Professora da Rede Pública Estadual de Mato Grosso.

GT 14

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O BINÔMIO NEGACIONISMO/LETRAMENTO NO ENSINO DE HISTÓRIA NA SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS

Juliana Fraga[1]

Resumo
Este trabalho visa uma reflexão sobre os desafios do ensino de História na contemporaneidade da Sociedade das Plataformas. Em plena era digital, vislumbrada como a Sociedade do Conhecimento, paradoxalmente, pode-se verificar que a desinformação e ignorância têm sido propagadas em larga escala. A Sociedade Plataformizada, na qual a conectividade afeta instituições, transações econômicas, práticas sociais e culturais, pressionando que governos e estados ajustem suas estruturas legais e democráticas, tem contribuído com a propagação vertiginosa de discursos negacionistas que tem afetado a sociedade, a democracia e a educação, especialmente e, diretamente, o ensino de História, constantemente desprestigiado, atacado e vigiado. Através de aporte teórico, sobre a importância do letramento histórico, fundamental para combater o desconhecimento e as distorções de nosso tempo, que tentam esconder problemas como racismo, múltiplas desigualdades e estruturas de dominação. Apesar de haver muitos entendimentos sobre o significado de letramento, acreditamos em seu sentido mais forte e radical, isto é, letramento como leitura de mundo e da palavra, segundo o pensamento freiriano, que acredita que a "educação consegue dar às pessoas maior clareza para 'lerem o mundo', e essa clareza que lançará um desafio ao fatalismo neoliberal" (FREIRE, 1967/2020, p. 50). Uma concepção de letramento que abarca a perspectiva crítica, problematizadora e dialética, com um propósito de transformação das relações sociais, que vai além de meras compreensões das palavras escritas, fundamentado nas visões pedagógicas de Paulo Freire e bell hooks, procuramos aprofundar sobre os desafios impostos por essas visões negacionistas atuais, visando encontrar alternativas e práticas pedagógicas que possibilitem o letramento histórico como forma de construção do pensamento crítico e, portanto, no enfrentamento dos negacionismos de nossos tempos.

Palavras-chave: Negacionismos. Letramento histórico. Sociedade das plataformas.

[1] Licenciada em História (Unisinos), Mestranda em Educação (UFRGS), professora de escolas de educação básica no Rio Grande do Sul. E-mail: prof.fraga.juliana@gmail.com.

HEUTAGOGIA REMIXADA: O APRENDER DO DOCENTE

Luis Carlos Peters Motta[1]

Lucia M. M. Giraffa[2]

Resumo

Esta pesquisa, ora em curso, que pretende ser aplicada formalmente em um futuro doutoramento, busca responder à pergunta: "Como os docentes desenvolvem suas competências associadas à fluência digital para atender às demandas contemporâneas associadas à reorganização de suas práticas pedagógicas?". Essa pergunta norteadora deriva da experiência do autor principal como facilitador tecnológico há quase 30 anos e gestor de tecnologia da informação em uma escola particular de Porto Alegre. Além desta experiência, o trabalho também se ancora na dissertação de mestrado do autor principal que aponta em um capítulo a dificuldade de entendimento que os docentes declaram dificuldades no entendimento da validade do uso de tecnologia digital de informação e comunicação no uso em sala de aula.A pandemia da doença Covid-19 estabeleceu o ensino remoto emergencial, desafiando professores a ressignificarem suas práticas e aprendizagens. Esse cenário disruptivo emergiu de um mundo de incertezas e as escolas foram severamente afetadas e muitos docentes foram empurrados para um ambiente totalmente mediado por tecnologias digitais. Valendo-se muito de teóricos dos processos de ensino e aprendizagem, estudos de neurociências e metacognição, fundamentalmente esse estudo, buscou-se conceitos de metacognição, estudos das funções executivas e pesquisa sobre a formação dos professores, baseada no estudo de heutagogia proposto por Bernardette Gatti. Além do estudo das formas de aprendizado dos docentes, sua metacognição e avaliar como se desenvolvem as funções executivas nestes, o trabalho busca a construção de uma trilha epistemológica para que o docente construa suas competências com autonomia para além das formações tradicionais. Isto é, entender que a graduação e pós-graduação são importantes, mas esta jornada pessoal se constitui de forma customizada em função do cenário laboral e cultural ao qual está inserida/o.

Palavras-chave: Heutagogia. Metacognição. Formação docente.

[1] Gerente de TI do Colégio Israelita de Porto Alegre, Bacharel em Ciências Sociais, MBA GTI, Mestrado Profissional em Informática na Educação, Membro do Grupo ARGOS de pesquisa, PUC-RS. E-mail:luis@luiscpmotta.com.br.

[2] Pós-doutorado na Universidade do Texas (Austin) no College of Education. Professora Titular da Escola Politécnica- Computação; Pesquisadora do PPGEDU/Escola de Humanidades; Bolsista Produtividade e Pesquisa CNPq- Nível 2; Líder ARGOS - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação a Distância da PUCRS. E-mail: giraffa@pucrs.br.

O BINÔMIO NEGACIONISMO/LETRAMENTO NO ENSINO DE FILOSOFIA NA SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS

Luiz Guilherme Lucho de Araujo[1]

Marcelo Leandro Eichler[2]

Resumo

A indiferença epistêmica apresentada na teoria dos vícios por Quassim Cassam é uma alternativa que busca justificar algumas posturas adotadas pelas pessoas diante do conhecimento produzido ao longo da história da ciência. Não é novidade quando falamos em ciência a discussão acerca da negação de seus métodos e suas investigações, porém, nos últimos anos estamos passando por um período de retorno a discussões e a teorias conspiratórias que prejudicam diretamente a vida das pessoas. A indiferença epistêmica seria capaz de causar obstáculos para o processo educacional, sobretudo no ensino de ciências, que tem como um dos princípios formar estudantes críticos e capazes de analisar e utilizar conceitos científicos e processos, possibilitando uma melhor distinção entre informações reais e falsas. As chamadas Fake News têm a capacidade de difundir falsos pressupostos, além de criar obstáculos e fomentar na sociedade que um dia foi chamada de Sociedade do Conhecimento, uma atitude de indiferença, campo evidenciado na Sociedade da Ignorância. A extrema exposição a informações sobre as mais diversas temáticas, um dia foi esperança de que a sociedade informada seria capaz de desenvolver conhecimentos com uma maior facilidade, porém, o mesmo fator que um dia gerou expectativa de virtude, hoje encara obstáculos diante de uma sociedade que não se importa com a verificação dessas informações. Durante a pandemia da Covid-19, tivemos uma forte onda de divulgações de notícias falsas que acabaram por serem disseminadas em diferentes espaços e plataformas e assim sendo, ocasionaram grandes obstáculos na sua contenção e dificultando o processo de conscientização da população de diversos países, em especial o Brasil que demonstrou resistência a protocolos de prevenção e a própria vacinação. Diante da exposição sobre os vícios epistêmicos, em especial da indiferença epistêmica, podemos propor o letramento científico como uma alternativa diante dos diversos obstáculos, que surgem a partir das posturas viciosas, identificadas em períodos tão conturbados, seja no negacionismo clássico, na infodemia, na cibercultura e mais recentemente em períodos como a pandemia da Covid-19, lembrando sempre que podemos considerar necessária uma intervenção em busca do letramento em diferentes espaços, porém, devemos reconhecer que isso não é suficiente para resolver todas as questões diante do cenário obscuro que se apresenta.

Palavras-chave: Vícios epistemológicos. Indiferença epistêmica. Letramento científico. Sociedade da ignorância.

[1] Mestrando em Educação em Ciências (UFRGS). Professor de Filosofia na rede privada de ensino. E-mail: guilherme2015@gmail.com.

[2] Doutor em Psicologia (UFRGS). Professor Adjunto (UFRGS). E-mail: exlerbr@gmail.com.

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E DESIGUALDADE RACIAL: UM ESTUDO COM DISCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA RELACIONADO ÀS ASSIMETRIAS NO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Renata Gomes Garcia[1]

Lucia M. M. Giraffa[2]

Resumo

Inúmeras são as dificuldades de acesso educacional para os discentes que residem em regiões socialmente vulneráveis e geograficamente inacessíveis, sendo elas, desde o contato com sinais de internet de qualidade minimamente adequada, até a falta de recursos para aquisição de dispositivos eletrônicos, que possam dar suporte aos seus estudos, prejudicando o bom desempenho dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar, em comparação aos estudantes de camadas sociais superiores e que tiveram acesso aos mais diversos recursos tecnológicos, como ferramenta de apoio ao seu desenvolvimento escolar. A presente pesquisa, qualitativa, apoiada num estudo de caso, visa a compreender os impactos da desigualdade racial no acesso às tecnologias educacionais para alunos da educação básica de escolas públicas, usando como lócus uma escola de educação pública da região metropolitana de Porto Alegre (RS). A questão norteadora da pesquisa é expressa por: Que alternativas podem ser construídas para minimizar as assimetrias decorrentes dos impactos da desigualdade racial no acesso às tecnologias digitais para estudantes negro e/ou pardos que frequentam a rede pública de educação básica? A investigação se caracteriza como de natureza aplicada, apoiada por uma revisão tipo *Survey*, com produção dos dados desenvolvida a partir da aplicação de questionário aplicado a professores da escola, e análise de dados demográficos obtidos da entidade gestora da escola. Será realizado o acompanhamento das práticas e rotinas escolares, com o intuito de correlacionar o depoimento dos professores com a prática observada em sala de aula virtual e/ou presencial. Espera-se como resultado propor alternativas para minimizar as assimetrias decorrentes dos impactos da desigualdade racial no acesso às tecnologias digitais para estudantes negros e/ou pardos que frequentam a rede pública de educação básica.

Palavras-chave: Educação básica. Desigualdade racial. Tecnologias digitais.

[1] Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista CAPES/PROEX. E-mail: renata.gomes85@edu.pucrs.br.

[2] Pós-doutorado na Universidade do Texas (Austin) no College of Education. Professora Titular da Escola Politécnica- Computação; Pesquisadora do PPGEDU/Escola de Humanidades; Bolsista Produtividade e Pesquisa CNPq- Nível 2; Líder ARGOS - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação a Distância da PUCRS. E-mail: giraffa@pucrs.br.

O BINÔMIO NEGACIONISMO/LETRAMENTO NO ENSINO DE QUÍMICA NA SOCIEDADE DAS PLATAFORMAS

Taís Oliveira Martins[1]

Marcelo Leandro Eichler[2]

Resumo

Os descritores usados para iluminar o momento aparecem em vertigem. A sucessão parece impressionante, e, entre o anúncio da Sociedade da Informação e a crítica da Sociedade da Ignorância, passou apenas uma geração. Em função da hiperespecialização contemporânea, as demandas e os desafios para a produção do conhecimento ou para o diálogo de saberes parecem cada vez maiores. Nesse sentido, a produção engendrada da ignorância e os vícios epistêmicos trazem novos desafios para o campo da educação e para a escola, que tem sua função questionada, ou mesmo, sitiada por razões exógenas. Documentos recentes da UNESCO, por exemplo, têm evidenciado a preocupação com atividades escolares que possam, de alguma forma, contribuir para a melhoria da formação de estudantes nesse contexto da sociedade da ignorância ou da era da desinformação. Alguns autores sugerem que o valor da relação entre informação e comunicação pode ser renovado e fortalecido por meio do desenvolvimento das competências (conhecimento, habilidades e atitudes) representadas a partir do conceito de letramento (ou alfabetização, conforme termo utilizado em muitas traduções) midiático e informacional. Outros pensadores, embora indiquem que a desinformação é uma história antiga, fomentada por tecnologias novas, apontam justamente que as atividades de letramento midiático e informacional como formas de combater a desinformação e a informação incorreta impulsionada pelos atuais meios híbridos de comunicação. Neste trabalho, refletimos o ensino de química (e por extensão, de ciências) no contexto do binômio negacionismos/letramentos.

Palavras-chave: Ensino. Letramento. Negacionismo. Química.

[1] Possui licenciatura em Química (2009) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), especialização em Mídias na Educação (2014) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense (IFSul), mestra em Educação (2019) e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora de Química no Centro Sinodal de Ensino Médio Dorothea Schäfke e Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Taquara RS. E-mail: tais.martins@ufrgs.br

[2] Possui licenciatura em Química (1997), mestrado em Psicologia (2000) e doutorado em Psicologia do Desenvolvimento (2004), obtendo todos os títulos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Química Inorgânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (UFRGS). E-mail: exlerbr@gmail.com

GT15

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E INTERSECCIONALIDADE: POSSIBILIDADES DE PROBLEMATIZAÇÃO E OLHARES PARA AS MINORIAS

HISTÓRIA DO MATO GROSSO: O PROTAGONISMO FEMININO NA EDUCAÇÃO

Adriana da Silva[1]

Eliane Cadoná[2]

Resumo

Esse estudo traz a proposta inicial do projeto de Dissertação de Mestrado em Educação, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, intitulada "História do Mato Grosso e o legado feminino: Mulheres e seu protagonismo no campo da Educação". Por intermédio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pretendemos abordar o histórico da participação da mulher na educação de Mato Grosso, tendo como campo de pesquisa os municípios de Cuiabá e Rondonópolis. Como objetivo geral, pretendemos investigar, por intermédio de documentos e entrevistas, o histórico da participação da mulher na educação de Mato Grosso nos últimos trinta anos; como objetivos específicos, analisaremos, por meio de entrevistas e análise documental, como tem sido a participação da mulher no processo histórico da Educação de Mato Grosso. Para compor nosso Estado do conhecimento, foram selecionados os seguintes descritores; (1) "Mulher" AND "educação" AND "protagonismo"; (2) "Mulher" AND "educação" AND "Mato Grosso"; (3) "Mulher" AND "educação" AND "Brasil"; (4) "Mulher" AND "transformação social"; (5) "Participação da mulher" AND "educação". Ao final das buscas com as cinco combinações de descritores, podemos afirmar que, do total de 330 trabalhos encontrados, apenas 21% deles terão os resumos analisados para confirmar se correspondem de fato ou não à abordagem de nossa temática. Para explanarmos a realidade a qual propusemos, será também elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada para a coleta de dados, tendo como sujeitos de pesquisa dez mulheres que tenham contribuído com a educação em nosso Estado, sendo cinco de Cuiabá e cinco de Rondonópolis. As questões serão elaboradas por categoria, de forma que alcancemos os objetivos pretendidos. É também por meio de entrevista que, segundo Minayo (2009, p. 262) "se processam as narrativas de vida". Se combinarmos perguntas abertas e fechadas, segundo Minayo (2009), as entrevistadas terão maior possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, e assim, tornar ainda mais completa a abordagem, com detalhes que enriqueceram mais o nosso trabalho. As entrevistas poderão ocorrer de forma presencial e/ou via *google meet* (comunicação por vídeo), conforme a disponibilidade e necessidade das entrevistadas. Para complementar as informações coletadas das entrevistas, buscaremos em documentos subsídios úteis para nosso objeto de estudo, de fontes primárias (manuscritos, biografias, registros fotográficos – em arquivos públicos e particulares), e outros documentos que acrescentem mais valor ao nosso trabalho. Ao final deste estudo, daremos visibilidade à voz das mulheres professoras de destaque, mas que não são citadas na História de Mato Grosso.

Palavras-chave: História do Mato Grosso. Mulher. Educação.

[1] Mestranda em Educação. Professora da Rede pública de Rondonópolis – MT. E-mail: prof.adriana78@gmail.com.

[2] Psicóloga e Pós-doutora em Educação (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. E-mail: eliane@uri.edu.br.

EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS/AS E IDOSOS/AS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

Cleide Oliveira[1]

Eliane Cadoná[2]

Resumo

O presente resumo resulta do projeto de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, que objetiva investigar os processos de alfabetização e letramento na educação de Jovens, Adultos/as e Idosos/as – EJA, na contemporaneidade, compreendendo quem são estes sujeitos e os processos de escolarização vivenciados por eles/elas no contexto da sociedade neoliberal. A motivação para a escrita do projeto advém das observações das práticas em sala de aula nas turmas da EJA dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e também em virtude da aprovação em um curso de professores/as alfabetizadores/as em Portugal, com carga horária de 240 horas, que será realizado no período de novembro a dezembro de 2022. Utilizamos como fontes de pesquisas iniciais para o estudo o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES; o Repositório do Centro de Documentação e Informação Luiz Henrique Dias Tavares, da Universidade do Estado da Bahia, no seu Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA e artigos e resumos expandidos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, no Grupo de Trabalho nº 18, sobre Educação de Pessoas Jovens e Adultas. A finalidade deste trabalho inicial foi identificar as produções acadêmicas sobre esta temática nos últimos cinco anos, analisando, nestes trabalhos, quais foram os/as autores/as citados como referências para a compreensão do tema em questão, sobre o que versavam estas pesquisas e suas contribuições para a prática pedagógica na EJA. Nas pesquisas realizadas, evidenciamos poucos trabalhos sobre a alfabetização e letramento na EJA que discutem os processos de construção do conhecimento nesta modalidade de ensino, no que diz respeito aos anos iniciais de escolarização. Esperamos, com os resultados desta pesquisa, identificar as maiores dificuldades para a promoção do processo de ensino-aprendizagem envolvendo a alfabetização e o letramento de jovens, adultos/as e idosos/as nos anos iniciais de escolarização do Ensino Fundamental I, contribuindo, assim, para o fazer docente, no que tange a futuras propostas pedagógicas para este público, que levem em consideração as especificidades dessa modalidade de ensino, imersa numa sociedade capitalista e neoliberal, onde as desigualdades sociais e econômicas imperam e a busca por melhores oportunidades de uma vida digna somente são possíveis através da educação.

Palavras-chave: EJA. Alfabetização. Letramento.

---

[1] Pedagoga formada pela Universidade Federal da Bahia, Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, doutoranda em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Professora e Coordenadora Pedagógica da rede pública de ensino de Salvador no Estado da Bahia. E-mail: cleide2471@gmail.com.

[2] Psicóloga formada pela URI – Câmpus de Frederico Westphalen. Mestra em Psicologia Social e doutora em Psicologia (PUCRS). Pós-doutora em Educação (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. E-mail: eliane@uri.edu.br.

LETRAMENTO E SURDEZ: UM OLHAR A PARTIR DAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA CRIANÇAS SURDAS

Flávio Penteado de Souza[1]

Ana Paula Alves Souza[2]

Patrícia Catharino[3]

Resumo

Este estudo discute sobre as práticas de letramento para alunos surdos. O objetivo é apresentar as práticas de letramento realizadas com alunos surdos no contexto de sala de atendimento educacional especializado (doravante AEE) tendo como perspectiva a língua portuguesa como língua adicional para crianças. Esta proposta é um relato de experiência acerca das experiências desenvolvidas com crianças surdas do ensino fundamental 1 matriculados na sala de AEE na rede municipal de ensino de Sinop-MT. Diante disso, este estudo tem como abordagem metodológica a pesquisa de base qualitativa interpretativista com viés da linguística aplicada. Buscou-se evidenciar se de fato as crianças surdas estão aprendendo e de que forma estão aprendendo, partindo da análise atitudinal e teórica das aulas, as estratégias e metodologias utilizadas pelos docentes através do letramento. Podemos compreender que a criança surda ser letrada é "participar ativamente de práticas discursivas letradas", sejam elas orais ou escritas, a partir dos variados materiais de circulação social propiciados pelas agências de letramento. Pelo fato de as crianças surdas estarem inseridas no ambiente educacional brasileiro junto com as crianças ouvintes se faz necessária a aprendizagem da primeira língua oficial do país, a língua portuguesa, mas aqui busco evidenciar o ensino de forma dinâmica e significativa. As práticas letradas desenvolvidas durante as experiências com os alunos foram utilizando recursos visuais, gravação e edição de vídeos, escrita de poemas e outros gêneros literários, contação de histórias, jogos e tecnologias digitais e etc., com a finalidade de inseri-los no contexto social por meio de práticas lúdicas. Os resultados foram significativos, tendo em vista o avanço na proficiência dos alunos na língua portuguesa, assim como o uso das práticas no cotidiano como ferramentas potencializadoras na aprendizagem, contribuindo assim para a formação de sujeitos autônomos. Utilizamos como aporte teórico os estudos de Gesser (2009), Jordão (2016), Moita Lopes (1994), Pinton e Pereira (2020), entre outros.

Palavras-chave: Letramento. Sala de AEE. Aluno surdo. Língua adicional. Língua portuguesa.

---

[1] Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato grosso do Sul – PPGAS (UFMS). Especialista em Ensino Aprendizagem de Línguas Adicionais para Crianças pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UNEMAT). Professor da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: flavio.penteado@unemat.br.

[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Letras – PPGLETRAS da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop-MT. E-mail: paula.souza@unemat.br.

[3] Especialista em Psicopedagogia pela faculdade UNIFLOR, Especialista em Educação Especial pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Graduada em Psicologia pela UNIC e em Licenciatura Plena em Pedagogia Pela UNEMAT. Professora da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: patycatharinomota@gmail.com.

REFLETINDO SOBRE A EMPATIA E DIFERENÇAS NO AMBIENTE ESCOLAR: PROJETO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DE SINOP-MT

Flávio Penteado de Souza[1]

Ana Paula Alves Souza[2]

Patrícia Catharino[3]

Resumo

Este resumo trata a respeito de um relato de experiência acerca de um projeto de aprendizagem desenvolvido na EMEB Centro Educacional Lindolfo José Trierweiller de Sinop-MT. O projeto intitula-se de "refletindo sobre a empatia e as diferenças no ambiente escolar: um projeto de intervenção entre a sala de AEE e a sala regular no ensino fundamental". Este projeto visa a promover práticas de interação entre a sala de Atendimento Educacional Especializado (doravante AEE) e a sala regular, tendo como agentes os alunos e professores, diante disso levá-los a ouvir histórias e assistir vídeos que tenham como plano de fundo a temática central da "empatia e as diferenças", demonstrando que nem todos somos iguais e isso nos torna especiais, que não devemos rir, fazer *bullying* ou até mesmo ser preconceituosos com algum colega da escola. O projeto foi realizado nas segundas-feiras das 10h às 11h e nas terças-feiras no período da manhã e das 13h às 14h no período da tarde na sala de AEE, ocorrendo quinzenalmente. Isso ocorrerá quinzenalmente a partir de agendamento prévio das turmas da sala regular. Pensando sobre tudo que vemos e ouvimos em nossas práticas surgiu a necessidade de um projeto de inclusão e entendimento para todos os envolvidos no processo de inclusão escolar. Projetos de aprendizagem como estes estão previstos no Projeto Político Pedagógico da EMEB Centro Educacional, conforme orientação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), visando promover as interações entre as turmas através de aprendizagem colaborativa com foco nas habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento dos alunos. Este estudo é de abordagem qualitativa, tendo como aporte os estudos de Aranha (2001), Dias (2003), Trevisan (2012), entre outros. O projeto mostrou-se positivo, contribuindo com um olhar mais humano e empático para as interações que ocorrem na escola, seja em relação as crianças com deficiência ou situações de preconceito e discriminação. Levando as crianças a pensarem sobre o que dizem, como se comportam e de que forma seus posicionamentos afetam o outro, dessa maneira criando um espaço permanente de diálogos.

Palavras-chave: Projeto de aprendizagem. Empatia. Diferenças. Sala de AEE. Sinop-MT.

---

[1] Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PPGAS (UFMS). Especialista em Ensino Aprendizagem de Línguas Adicionais para Crianças pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UNEMAT). Professor da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: flavio.penteado@unemat.br.

[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Letras – PPGLETRAS da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop-MT. E-mail: paula.souza@unemat.br.

[3] Especialista em Psicopedagogia pela faculdade UNIFLOR, Especialista em Educação Especial pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Graduada em Psicologia pela UNIC e em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Professora da Sala de Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Sinop/MT. E-mail: patycatharinomota@gmail.com

TRABALHO ENTRE GESTÃO ESCOLAR, PROFESSORES E FAMÍLIAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: A ALFABETIZAÇÃO NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19

Josiani Aparecida de Mello França[1]

Resumo
O objetivo deste trabalho, em fase de elaboração de projeto de pesquisa, é compreender como ocorreu o processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência matriculadas no primeiro ano do Ensino Fundamental, e escolas da Rede Municipal de Rondonópolis – MT, Brasil, durante o ano de 2021. Averiguar-se-á também como se dava o contato com as famílias em situação de vulnerabilidade; como acontecia a participação da equipe gestora na mediação entre professores e pais e/ou responsáveis que não são alfabetizados, no que se refere à atenção às crianças com atividades domiciliares no período pandêmico; e compreender como a equipe escolar se organizou para atender aos/as alunos/as. Ouvir da equipe gestora, como a Secretaria de Municipal de Educação, assessorou e conduziu o processo de formação de professores, das salas regulares e também das salas de recurso multifuncional. A pandemia de covid-19 gerou muitas mudanças no contexto social, trazendo a necessidade de do isolamento e distanciamento social. As escolas precisavam inovar para que a educação não fosse interrompida. Realizar-se-á, para tanto, uma pesquisa qualitativa e descritiva, na ideia de levantar dados, por intermédio de entrevistas semiestruturadas, junto às equipes diretivas, docentes, familiares, e assessores pedagógicos. Momentos de compreensão a respeito do contexto vivido pela escola e a partir da perspectiva de estreitar laços entre os alunos e alunas com deficiência e os professores da escola. Os dados serão analisados, tendo como base a análise de discurso foucaultiana. Os resultados permitirão ter uma maior compreensão da situação vivenciada, com fins de propor diálogos e novas perspectivas no campo da educação, por intermédio da pesquisa científica.

Palavras-chave: Alfabetização. Pandemia. Crianças. Vulnerabilidade social. Papel da escola.

[1] Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. Pedagoga. E-mail: a102116@uri.edu.br

A LITERATURA NÃO CANÔNICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO E CRÍTICA SOCIAL

Laísa Veroneze Bisol[1]

Vanderléia de Andrade Haiski[2]

Resumo

A literatura, como representação, caracteriza-se, dentre outros aspectos, pela pluralidade e pela desconstrução. Portadora de viés social e político, a literatura é um importante instrumento de ensino e de estímulo à crítica social. Apesar de os textos canônicos serem, por muitos anos, os principais aportes desse tipo de estudo no Ensino Médio brasileiro, com as novas composições estruturais da Base Nacional Comum Curricular surge a necessidade de revisitar o ensino da literatura. Diante disso, o objetivo central desta pesquisa consiste em refletir sobre a inclusão de obras não canônicas em sala de aula, como estímulo para o reconhecimento do mundo, a alteridade e a reflexão. Para tanto, este estudo tem o seu enfoque em relatos testemunhais e romances-reportagens, os quais não integram o cânone literário, mas podem desenvolver uma importante função pedagógica, tanto no ensino da literatura quanto nas relações interdisciplinares, pois suas narrativas envolvem aspectos relacionados com a história, a geografia, a sociologia e, também, a psicologia. Logo, para exemplificar tais literaturas, recorre-se ao relato testemunhal *Memórias do Esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*, do brasileiro e sobrevivente da ditadura militar Flávio Tavares, e ao romance-reportagem *O Massacre: Eldorado do Carajás – uma história de impunidade*, do jornalista Eric Nepomuceno, que representa os ataques violentos realizados contra integrantes do Movimento Sem Terra. Isso posto, a revisão bibliográfica, bem como a literatura comparada, são as bases metodológicas deste estudo. Os resultados indicam que o uso das referidas literaturas não canônicas potencializa a reflexão e o olhar crítico dos estudantes leitores em formação, pois os textos literários proporcionam um vasto conhecimento e vivências, as quais contribuem para defini-los como leitores críticos. Além disso, tais literaturas conduzem os leitores à percepção de acontecimentos históricos, através da representação direta do real, mediante a perspectiva daqueles que passaram por determinados acontecimentos e para além do exposto na historiografia oficial. Dessa forma, o ensino da literatura por meio de obras não canônicas contribui para a formação de cidadãos-leitores mais conscientes e críticos quanto à percepção de si, do outro e do mundo. Estudiosos como Bruno Bettelheim, Walter Benjamin, Edvaldo Pereira Lima, entre outros, dão suporte teórico a este estudo.

Palavras-chave: Ensino. Literatura não canônica. Crítica social.

---

[1] Doutora em Letras – Estudos literários; Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea; Mestra em Letras – Literatura Comparada; Graduada em Comunicação Social – Jornalismo. Docente na URI – campus de Frederico Westphalen e professora de redação para o Ensino Médio. E-mail: laisabisol1@gmail.com.

[2] Doutora em Letras – Estudos Literários; Mestra em Letras – Literatura Comparada; Especialista em Língua e Cultura Inglesa; Licenciada em Letras: Língua Inglesa e Respectivas Literaturas. Assessora de Relações Internacionais na UNIJUÍ, tradutora e professora de língua inglesa e redação. Formação. E-mail: vanderleiadeandrade@hotmail.com.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: O QUE CONTAM PROFESSORES/AS SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE E MINORIAS

Marileusa H. Frozza[1]

Resumo
O presente trabalho apresenta uma proposta de pesquisa, que objetiva compreender, por intermédio de entrevista junto a docentes que alfabetizam crianças, como acontece a aprendizagem dos/as educandos/as com necessidades especiais, bem como de que forma se dá, se compreende e se exercita a formação em relação à inclusão das pessoas com necessidades especiais no âmbito da escola, respeitando seus direitos. Para que a inclusão aconteça, são necessárias ações pensadas interdisciplinarmente, atentas ao contexto e às demandas sociais, à constante revisão das políticas públicas, à formação de professores, às melhorias de espaços arquitetônicos, além da atenção às relações e ao imaginário que circula nos espaços em que se vivencia a inclusão. É preciso ainda cuidado para que a inclusão não seja um movimento de controle, de captura dos corpos, mas sim um exercício voltado à promoção da cidadania e ao cuidado, uma inclusão voltada à equidade e não uma igualdade mascarada por ações que se dizem inclusivas, mas não deixam de ser mera aparência. Esta pesquisa possui natureza qualitativa e descritiva, e fará uso da entrevista semiestruturada e da análise de discurso foucaultiana, no que tange ao tratamento dos dados. Os resultados serão divulgados por intermédio de publicações e apresentações em eventos científicos, com fins de movimentar a problematização da inclusão em uma perspectiva crítica e reflexiva.

Palavras-chave: Inclusão. Aprendizagem. Crianças com necessidades especiais. Formação. Minorias.

[1] Pedagoga, Especialização, Professora da rede municipal de São Jorge D'Oeste e da rede estadual do Paraná. E-mail: marileusafrozza@hotmail.com

A INSERÇÃO DA MULHER COMO PROFESSORA DE MATEMÁTICA: AVANÇOS HISTÓRICOS, TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS

Roseclé Oliveira dos Santos[1]

Resumo
Nem todas as conquistas alcançadas, nem o empoderamento feminino, noticiado e sempre em destaque, e nem os prêmios e títulos acadêmicos obtidos pelas mulheres, reconhecidas por sua capacidade intelectual e produtiva foram capazes de sobrepujar, totalmente, os estigmas e conceitos patriarcais secularmente estabelecidos e erroneamente mantidos sobre a participação feminina nas mais variadas áreas do conhecimento. Na área das exatas, mais especificamente na Matemática (vista como um campo exclusivamente masculino), a mulher procura ocupar seu espaço, ignorando, sabiamente, a definição esdrúxula de quais postos podem ser ocupados por homens e quais por mulheres. Nessa linha de raciocínio, o presente trabalho tem a pretensão de investigar a inserção da mulher mato-grossense no cenário educacional como professora de Matemática, da educação básica, analisando os avanços históricos, as transformações e os desafios enfrentados. Para esse intento, faz-se necessária uma verificação, via revisão de literatura, de como se deu a construção social do papel feminino, observando o percurso de formação educacional da mulher ao longo dos tempos. Outro item a ser examinado diz respeito aos aspectos de inserção e permanência na carreira profissional das primeiras professoras brasileiras. Será também examinado o ingresso e a evolução da participação na carreira profissional das mulheres professoras de Matemática na educação básica no Estado do Mato Grosso. Observar-se-á qual o cenário atual de inserção e permanência nessa profissão, assim como o registro dos avanços, transformações e desafios. Em vista de tais pretensões, será adotado como base de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se como base epistemológica os estudos de gênero pós-estruturalistas.

Palavras-chave: Patriarcado e educação feminina. Mulheres na Matemática. Educação e Matemática.

[1] Mestranda em Educação. Professora. E-mail: a102152@uri.edu.br.

GT 16

REDES COLABORATIVAS: CONSTRUÇÃO CONJUNTA DE PROCESSOS, PRODUTOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO COLETIVA

A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Larissa Aparecida Alexandre[1]

Resumo

A covid-19 é uma doença viral que surgiu na China no final do ano de 2019 e está associada à síndrome da angústia respiratória severa (SARS) (PERSON et al., 2021). Diante da necessidade de enfrentamento da covid-19, houve um aumento súbito e intermitente da demanda de serviço de enfermagem, o que desencadeou uma elevação nas demandas de trabalho da equipe de enfermagem com consequente precarização das condições de trabalho, sobrecarga funcional, inseguranças sob a real biossegurança e abalo na saúde dos trabalhadores. O fato de estarem prestando assistência em uma condição ainda não bem descrita na literatura, em decorrência do incipiente avanço da pesquisa acerca do assunto, tal circunstância compreende um fator estressor (BACKES et al., 2021). Contudo, para que o gerenciamento dos serviços de saúde possa ser desempenhado da melhor forma em um momento pandêmico, acredita-se que a educação emancipatória precisa permear este processo. Para Freire (2001), a educação emancipatória é um ato de "empoderamento" para com os indivíduos, onde o conhecimento, num ato singelo de educar, é capaz de despertar para a autonomia e a liberdade do sujeito. O objetivo do estudo é conhecer o impacto da pandemia do covid-19 junto ao gerenciamento dos serviços de enfermagem. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa junto aos profissionais enfermeiros atuantes em dois hospitais de médio porte localizados no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Hospital Divina Providência e Hospital Santo Antônio, localizados respectivamente nos municípios de Frederico Westphalen e Tenente Portela. O estudo foi realizado com os profissionais enfermeiros atuantes em setores que estão diretamente ligados a triagem, tratamento ou reabilitação de pacientes que têm ou tiveram diagnóstico de covid-19, quais sejam: UTI covid, UTI adulto, setores de internação, emergência e centro cirúrgico. Participaram do estudo 2 profissionais de cada setor, 10 participantes de cada um dos hospitais totalizando 20 participantes, os quais se enquadraram nos seguintes critérios de inclusão e exclusão. Critérios de inclusão: ser enfermeiro, atuar em setores que estão diretamente ligados a triagem, tratamento ou reabilitação de pacientes que têm ou tiveram diagnóstico de covid-19. Critérios de exclusão: não ter atuado, no momento da pandemia, junto a setores ligados a pacientes em diagnóstico, tratamento ou reabilitação de covid-19. Resultados: Com o desenvolvimento do presente projeto, foi possível compreender o gerenciamento dos serviços enfermagem sendo os dados compilados em três categorias (1) Da organização dos serviços de saúde durante a pandemia; (2) Dos desafios encontrado no gerenciamento dos serviços de enfermagem; (3) Das novas perspectivas gerenciais advindas com a pandemia. O estudo demonstrou que várias foram as demandas gerenciais da enfermagem, que precisou se adaptar e se reinventar para poder fornecer a assistência junto ao aumento de casos e das complexidades. A pandemia expôs a necessidade de maiores investimentos na área da saúde,

[1] Acadêmica de Enfermagem do VI Semestre da Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões-Câmpus de Frederico Westphalen, Brasil. E-mail: a097423@uri.edu.br.

com melhores condições de trabalho e na necessidade de os serviços de saúde serem capacitados para situações pandêmicas, como a que surgiu com a Covid-19 e a educação emancipatória mostrou ser uma estratégia fundamental para despertar a autonomia e a liderança dentro das equipes.

Palavras-chave: Organização e administração. Enfermagem. Pandemias. Educação emancipatória.

O CUIDADO INTENSIVO NEONATAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA AMBIENTALISTA

Tatiane Gabriela Weller[1]

Resumo

Introdução: Anualmente, nascem cerca de 30 milhões de bebês prematuros em todo o mundo, sendo que em 2017 cerca de 2,5 milhões de recém-nascidos (RNs) morreram antes de completar seus 28 dias de vida, destes 65% eram prematuros e a maioria das causas das mortes poderia ter sido evitada (OMS, 2021). O bebê é classificado quanto à sua idade gestacional, sendo prematuro quando nascer com menos de 36 semanas e seis dias de gestação e de baixo peso se nascer com menos de 2.500kg (OMS, 2021). Só no Brasil, em 2019 foram 2.849.146 nascidos vivos sendo destes 352.144 prematuros e 247.856 nascidos com baixo peso (SINASC, 2021). A principal causa de internação na unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN) é a prematuridade, seguida da taquipneia, está podendo ser resultante de uma quantidade insuficiente de surfactante, fosfolipídio que evita o colapso alveolar e que começa a ser excretado entre a 24ª e 30º semanas de gestação (DE PAULA et al, 2017). A UTIN é uma unidade hospitalar destinada à assistência de neonatos de zero a 28 dias que apresentem alto risco de vida (DUARTE et al, 2019). Esses RNs são expostos a tratamentos complexos, sendo a equipe de enfermagem a responsável por esses cuidados (MAZIERO et al, 2019). O ambiente no qual esse neonato permanece pode levar a eventos benéficos ou não, dependendo da forma como ele é conduzido. Florence Nightingale, precursora da enfermagem, já via a manipulação do ambiente físico como áreas em que a enfermagem poderia controlar, dando origem a sua Teoria Ambientalista, utilizada até hoje (GEORGE et al, 2000). Para que essas estratégias sejam desenvolvidas de maneira adequada, é necessária uma prática de enfermagem neonatal que implemente e desenvolva o cuidado de enfermagem, interagindo com demais profissionais e promovendo a melhora e a manutenção da saúde neonatal e da família visando a qualidade da assistência e a redução do tempo de hospitalização (REFRANDE, 2019). Objetivo: Compreender como o cuidado é desenvolvido e percebido junto a UTIN, na percepção de enfermeiros e técnicos em enfermagem. Metodologia: Está sendo realizada uma pesquisa de cunho qualitativa na UTIN do Hospital de Clínicas de Passo Fundo, que possui 10 leitos habilitados. Participaram 15 profissionais da enfermagem, os quais se enquadraram dentro dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. A amostra escolhida foi a aleatória simples, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Resultados esperados: Diante da pesquisa pretende-se compreender como a equipe de enfermagem percebe o ambiente e como ele é organizado visando auxiliar na recuperação e redução do tempo de internação do neonato. Conclusão: O estudo proporcionará uma reflexão sobre o tema bem como um maior entendimento sobre o assunto, sendo possível o desenvolvimento de processos educativos junto a equipes que venham a perceber a importância do ambiente sobre o cuidado junto ao neonato.

Palavras-chave: Unidades de terapia intensiva neonatal. Profissional da saúde. Ambiente.

[1] Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões, campus Frederico Westphalen. E-mail: tatigweller@gmail.com.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Times New Roman, formato E-book, pdf,
em 2022.